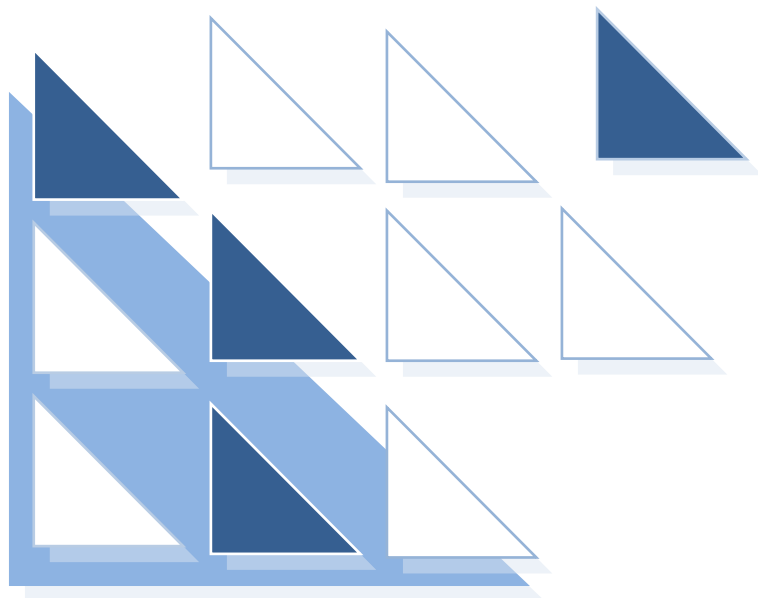


RELATÓRIO DE

SUSTENTABILIDADE

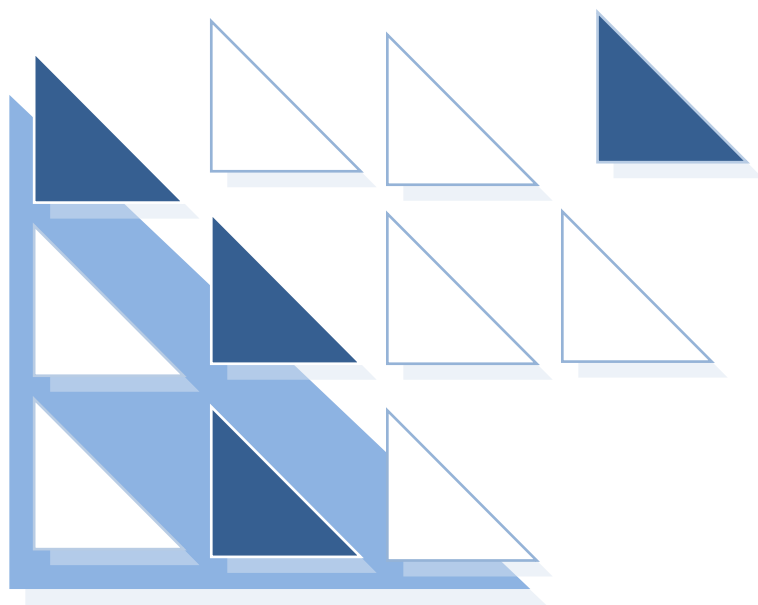
**2011
2012**



ÍNDICE

1. PREÂMBULO	3
1.1. INTRODUÇÃO	4
1.2. PERFIL, ÂMBITO E LIMITE DO RELATÓRIO	5
1.3. LIMITAÇÕES	6
2. GOVERNAÇÃO, COMPROMISSOS E ENVOLVIMENTO	7
2.1. MENSAGEM DO PRESIDENTE	8
2.2. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	10
2.2.1 HISTÓRIA, CONSTITUIÇÃO E ACTUALIDADE	10
2.2.2 ESTRUTURA DE GESTÃO	11
2.3. MISSÃO, VISÃO E VALORES	15
2.4. DESAFIOS	16
2.5 ENVOLVIMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS	17
2.5.1 CLIENTES	20
2.5.2 TRABALHADORES	20
2.5.3 CONCEDENTES	21
2.5.4 REPRESENTANTES	22
2.5.5 FORNECEDORES	22
2.5.6 DIREÇÃO-GERAL DOS RECURSOS NATURAIS, SEGURANÇA E SERVIÇOS MARÍTIMOS	23
2.5.7 COMUNIDADE	24
2.5.8 OUTRAS ENTIDADES	25
2.6 INICIATIVAS COM AS PARTES INTERESSADAS	27
2.7 DEFINIÇÃO DA RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO A REPORTAR	30
3. DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE	31
3.1. DESEMPENHO AMBIENTAL	32
3.2. DESEMPENHO ECONÓMICO	35
3.3. DESEMPENHO SOCIAL	36
4. ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE	45
5. SUMÁRIO DO CONTEÚDO DA GRI	47

1. PREÂMBULO



1.1 INTRODUÇÃO

No seu processo de desenvolvimento estratégico, a Docapesca sempre demonstrou uma forte preocupação pelas questões da sustentabilidade, tanto ao nível da sua atividade, como do setor onde se encontra inserida.

Estas preocupações são evidentes em várias iniciativas que a empresa tem vindo a desenvolver e em documentos, como os Relatórios e Contas, os Planos de Atividade dos últimos anos, e o Código de Conduta, tendo culminado na elaboração do seu primeiro Relatório de Sustentabilidade referente ao ano de 2010, publicado no segundo semestre de 2011.

A elaboração deste tipo de relatório é encarada como instrumento de trabalho que permite o conhecimento consciente dos progressos da empresa em matéria de sustentabilidade. A sua elaboração aumenta a perspetiva integrada da sua atividade, aliando, por um lado, o processo de decisão económico-financeiro a princípios de ética, responsabilidade social e boas práticas ambientais, e por outro, estabelecendo um maior envolvimento com as partes interessadas.

Inicialmente previsto para ser uma publicação de periodicidade anual, o atual Conselho de Administração, com a atualização da estratégia da empresa, definiu que o Relatório de Sustentabilidade passasse a ser publicado com uma periodicidade bianual.



1.2 PERFIL, ÂMBITO E LIMITE DO RELATÓRIO

O Relatório de Sustentabilidade de 2011 e 2012 da Docapesca – Portos e Lotas, SA refere-se à atividade desenvolvida pela empresa no período entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2012, incidindo os seus conteúdos na sua atividade principal – a primeira venda de pescado em lota.

A análise efetuada abrange a totalidade da empresa, salvo nos casos em que se considerou pertinente que a mesma fosse mais detalhada, definindo-se como bianual o ciclo de publicação dos próximos relatórios.

O presente relatório foi desenvolvido de acordo com a terceira geração de diretrizes (G3) da *Global Reporting Initiative* (GRI), fazendo-se cumprir os requisitos exigidos para a obtenção do nível de aplicação C das referidas diretrizes, sem recurso a parecer de entidade externa.

A qualidade das informações transmitidas e o limite do presente documento são garantidas pelo Grupo de Trabalho para a Sustentabilidade, através da sua pluridisciplinaridade. Os conteúdos a incluir no presente relatório são alvo de uma seleção criteriosa e de uma cuidada análise.

O processo de definição dos temas de maior materialidade assentou em questões como os desafios definidos para o setor das Pescas, as oportunidades para a empresa no âmbito da sua atividade e respetiva área de influência, assim como a contribuição para a sua estratégia global.

Foram tomadas, também, como questões relevantes no contexto da materialidade, a continuidade dos compromissos anteriormente assumidos, o resultado da auscultação e o relacionamento com as partes interessadas, a legislação e regulamentos nacionais e internacionais.

A preocupação na identificação das partes interessadas constituiu um fator preponderante na orientação da estratégia de Sustentabilidade da empresa e teve por base os princípios da Norma NP4469-1:2008 – Sistemas de Gestão da Responsabilidade Social.

Os conteúdos a incluir no presente relatório tiveram em consideração os indicadores essenciais, sendo que a sua relevância foi aferida tendo por base os temas considerados materiais para as partes interessadas, os desafios e oportunidades para o setor de atividade onde a empresa se encontra inserida, bem como para a própria empresa.

PARTES INTERESSADAS SIGNIFICANTES PARA A DOCAPESCA

- CLIENTES
- FORNECEDORES
- TRABALHADORES
- CONCEDENTES
- REPRESENTANTES
- COMUNIDADE
- DIREÇÃO-GERAL DE RECURSOS NATURAIS, SEGURANÇA E SERVIÇOS MARÍTIMOS

PARTES RELEVANTES COM INFLUÊNCIA NA ATIVIDADE DA DOCAPESCA

- DIREÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DO MAR
- DIREÇÃO-GERAL DE ALIMENTAÇÃO E VETERINÁRIA
- AUTORIDADE PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E ECONÓMICA
- AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL
- GUARDA NACIONAL REPUBLICANA – UNIDADE DE CONTROLO COSTEIRO

1.3 LIMITAÇÕES

A principal limitação encontrada na elaboração do presente relatório continua a prender-se com a dificuldade na obtenção direta de dados disponíveis no formato a utilizar neste tipo de relatório.

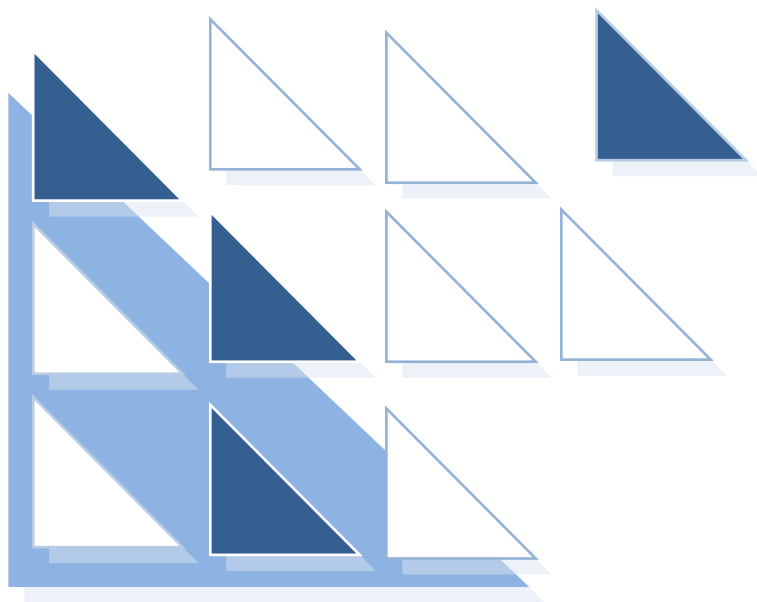
No entanto, tem vindo a ser desenvolvido um esforço no sentido de um conhecimento cada vez mais aprofundado e abrangente dos vários aspetos relevantes para a sustentabilidade, que permitirá, por um lado, uma melhor caracterização da empresa e, por outro, a definição de objetivos e a delineação de uma estratégia mais ajustada à sua realidade.

Não obstante, são abordados todos os aspetos considerados essenciais quanto ao desempenho da empresa no âmbito da sustentabilidade e incluída outra informação considerada igualmente relevante.

Persistem, contudo, alguns temas específicos a abordar, quer por ausência de informação disponível, quer por se considerar não serem aplicáveis ou relevantes para inclusão neste Relatório de Sustentabilidade.



2. GOVERNAÇÃO, COMPROMISSOS E ENVOLVIMENTO



2.1 MENSAGEM DO PRESIDENTE

O presente Relatório de Sustentabilidade é o resultado do trabalho de envolvimento, a todos os níveis, dos recursos humanos da Empresa, e surge num quadro em que o País está resgatado por um Programa de Assistência Financeira, e em que a Docapesca tem de consolidar um caminho de autossustentabilidade financeira, sem recurso a indemnizações compensatórias ou aumentos de capital pelo acionista, antes prosseguindo um desafio de maior operacionalidade, eficiência e eficácia na ação, e de maior sustentabilidade na ação presente e futura.

A missão de serviço público confiada à Empresa ao longo de mais de cinquenta anos tem permitido transferir as mais-valias da sua atividade para o setor, a par da contínua melhoria de processos e de serviço na primeira venda de pescado e atividades conexas, do pagamento atempado aos pescadores, da complementaridade de serviços prestados ao setor, da valorização do pescado, fazendo da Docapesca um parceiro incontornável de toda a fileira da pesca.

A abertura da Docapesca ao exterior, nomeadamente, através de iniciativas e presença da empresa em eventos de divulgação do valor nutricional das espécies menos classificadas socialmente como a Cavala, pretende ser um contributo para um consumo mais racional e sustentável de um recurso abundante das águas portuguesas que poderá melhorar o rendimento dos produtores ao mesmo tempo que diversifica a oferta de qualidade de um produto da pesca tradicional junto dos consumidores.



Por outro lado, o envolvimento da Docapesca com os parceiros institucionais e os diferentes subsectores da fileira do pescado (desde a produção até à indústria e distribuição) pretende não só reforçar a seu papel na fileira, mas também congregar os esforços na melhoria da imagem do setor, como um todo, nomeadamente nas Feiras e Conferências temáticas, como a Conxemar, Seafood, o Peixe em Lisboa, o Fórum para a Economia do Mar, entre outros. A Empresa assume-se igualmente como um parceiro ativo dos Municípios, dos Grupos de Ação Costeira, dos organismos não-governamentais, das instituições de ensino, contribuindo para reposicionar o setor da pesca na sociedade portuguesa.

Um agradecimento é devido a todos os trabalhadores da Empresa, valor essencial para a prossecução da atividade da Empresa e para o atingir dos objetivos explanados no presente Relatório de Sustentabilidade.

Tal como é justo agradecer às associações e organizações do setor, de toda a fileira da pesca, pela permanente interação com todas as estruturas da Docapesca, fazendo da Empresa um referencial consolidado da pesca em Portugal.

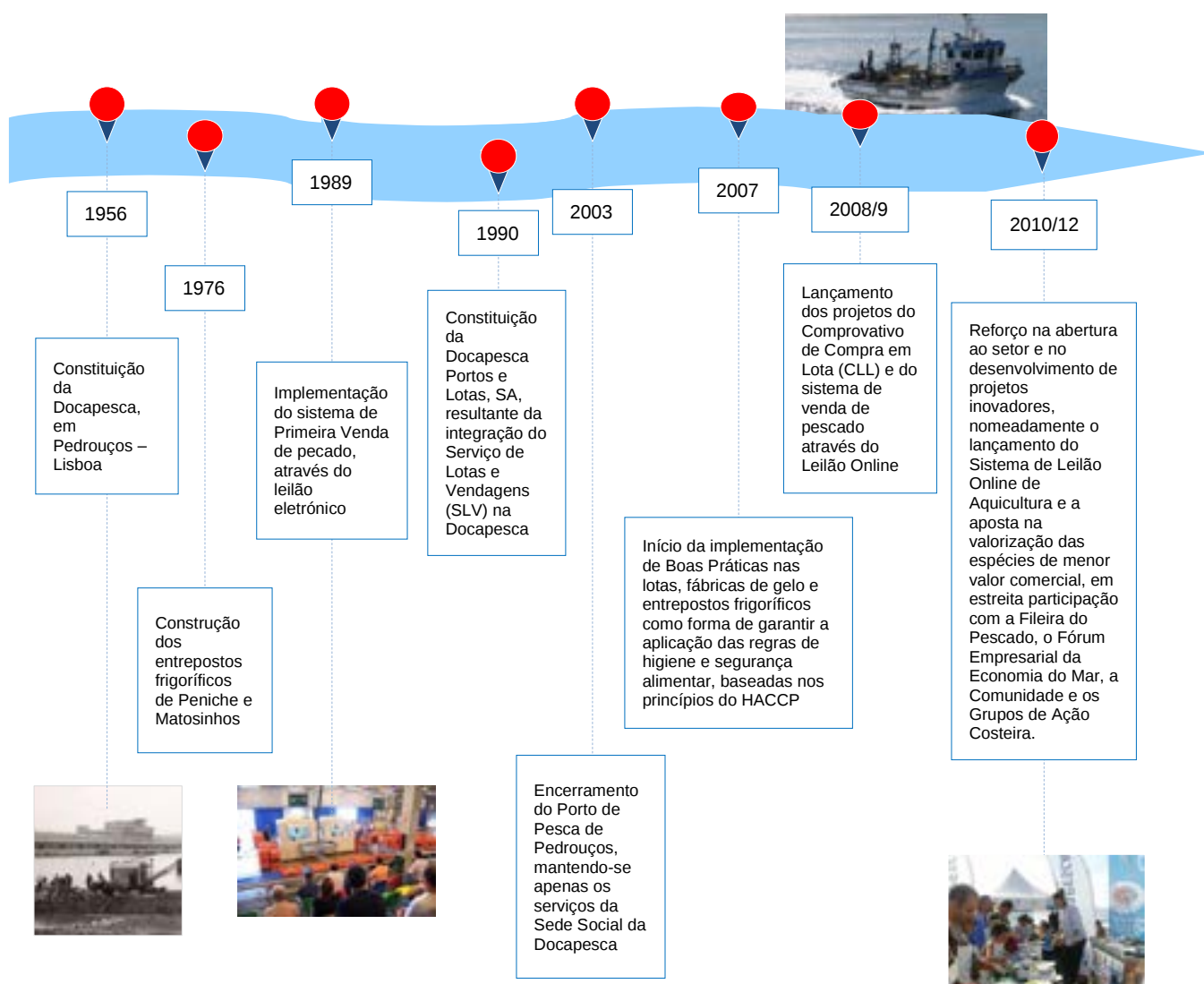
José Apolinário
Presidente da Docapesca, Portos e Lotas, SA



2.2 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

2.2.1 HISTÓRIA, CONSTITUIÇÃO E ATUALIDADE

A Docapesca foi constituída há mais de 50 anos tendo como objetivo e único ponto para a receção do pescado, substituindo as antigas lotas de Santos e da Ribeira Nova e, desde então, não tem parado de crescer e evoluir como empresa do setor das pescas, sempre em estreita ligação com a comunidade envolvente.



No panorama da história recente, a Docapesca desenvolve a sua atividade económica de forma socialmente responsável. Mantendo uma ligação muito estreita com os seus parceiros de negócio, privilegia o trabalho em parceria com os diversos atores do setor e das comunidades abrangidas, nos domínios económico, social e cultural.

Cada vez mais ambiciosa e abrangente, a Docapesca não parou e tem vindo a alargar a sua área de intervenção a outras valências. Destas, destacam-se a implementação do sistema de venda de pescado online, as regras de higiene e segurança alimentar, baseadas nos princípios do HACCP (*Hazard Analysis Critical Control Points*, ou seja, Análise dos Perigos e Pontos Críticos de Controlo) respeitando as exigências legais em vigor, a promoção e divulgação do Comprovativo de Compra em Lota (CCL).

2.2.2 ESTRUTURA DE GESTÃO

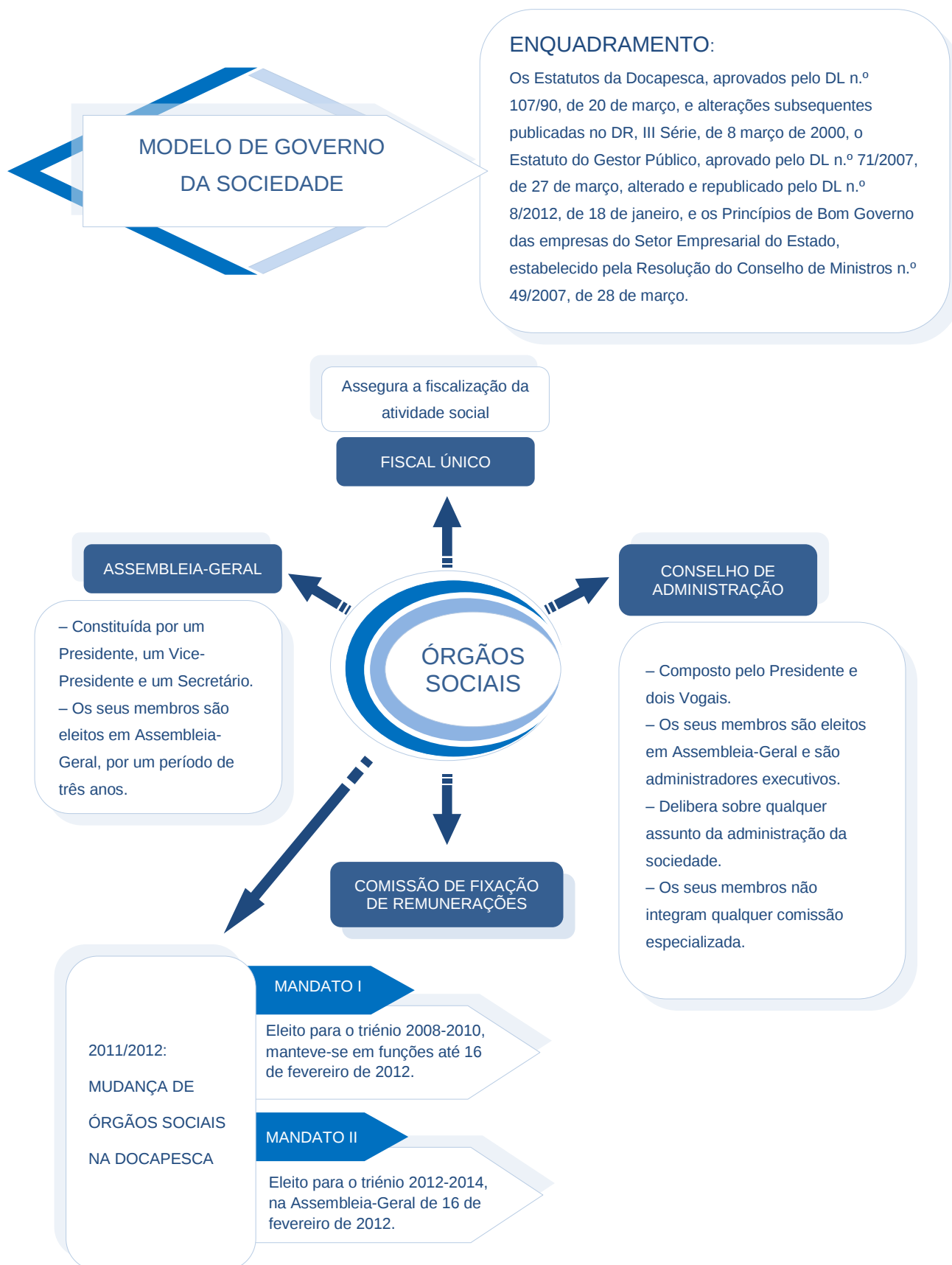
A Docapesca é uma empresa do Setor Empresarial do Estado, tutelada pelo Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (*tutela setorial*), que, nos termos do Decreto-Lei n.º 107/90 de 27 de março, tem a seu cargo no continente português, o serviço público da prestação de serviços de Primeira Venda de Pescado, bem como o apoio ao setor da Pesca e respetivos portos.

A Docapesca é participada a 100% pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças e recebe orientações e recomendações do acionista (*tutela financeira*) através de vários canais de comunicação, de entre os quais ofícios, carta ou email, despachos ministeriais, e reuniões de Assembleia Geral.

Territorialmente dispersa pelo litoral de Portugal Continental, a Docapesca é gerida através das Delegações Norte, Matosinhos, Centro Norte, Centro, Centro Sul e Sul e com Sede Social em Lisboa.



GOVERNO DA SOCIEDADE – ÓRGÃOS SOCIAIS



ÓRGÃOS SOCIAIS

ÓRGÃOS SOCIAIS

MANDATO I

(ATÉ 16 FEV. 2012)

ÓRGÃOS SOCIAIS

MANDATO II

(A PARTIR 16 FEV. 2012)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE:
MARIA ADELAIDE TORRADINHAS ROCHA
PELOUROS: DIMA, DEP. ESTATÍSTICA

VOGAL:
JOÃO MANUEL DE SOUSA SANTOS REIS
PELOUROS: DEXP, DINF, DCM

VOGAL:
JOÃO FRANCISCO FERREIRA FONSECA
PELOUROS: DFIN, DAJRH, DELEGAÇÕES

PRESIDENTE:
JOSÉ APOLINÁRIO NUNES PORTADA
PELOUROS: DAJRH, DEXP, DCM

VOGAL:
MARIA ISABEL FERREIRA PINTO GUERRA
PELOUROS: DIMA, DEP. ESTATÍSTICA

VOGAL:
PEDRO MANUEL VIEGAS SILVA FERREIRA
PELOUROS: DFIN, DINF, GAB. AUD., DELEGAÇÕES

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

PRESIDENTE:
MARIA FERNANDA JOANAZ SILVA
MARTINS

VICE-PRESIDENTE:
MARIA CRISTINA MARQUES ROSA MAGINA

SECRETÁRIA:
ANA BEATRIZ AZEVEDO DIAS ANTUNES
FREITAS

PRESIDENTE:
MARIA FERNANDA JOANAZ SILVA
MARTINS

VICE-PRESIDENTE:
MARIA CRISTINA MARQUES ROSA MAGINA

SECRETÁRIA:
CRISTINA MARIA TORRES MATELA
TAVARES

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

EFETIVO:
JOÃO AMARO SANTOS CIPRIANO
(EM REPRESENTAÇÃO DA ABREU & CIPRIANO)

SUPLENTE:
CARLOS ALBERTO ANTUNES ABREU

EFETIVO:
JOÃO AMARO SANTOS CIPRIANO
(EM REPRESENTAÇÃO DA ABREU & CIPRIANO)

SUPLENTE:
CARLOS ALBERTO ANTUNES ABREU

COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES

PRESIDENTE:
FILOMENA MARIA A. VIEIRA MARTINHO
BACELAR

VICE-PRESIDENTE:
SARA ALEXANDRE DUARTE AMBRÓSIO

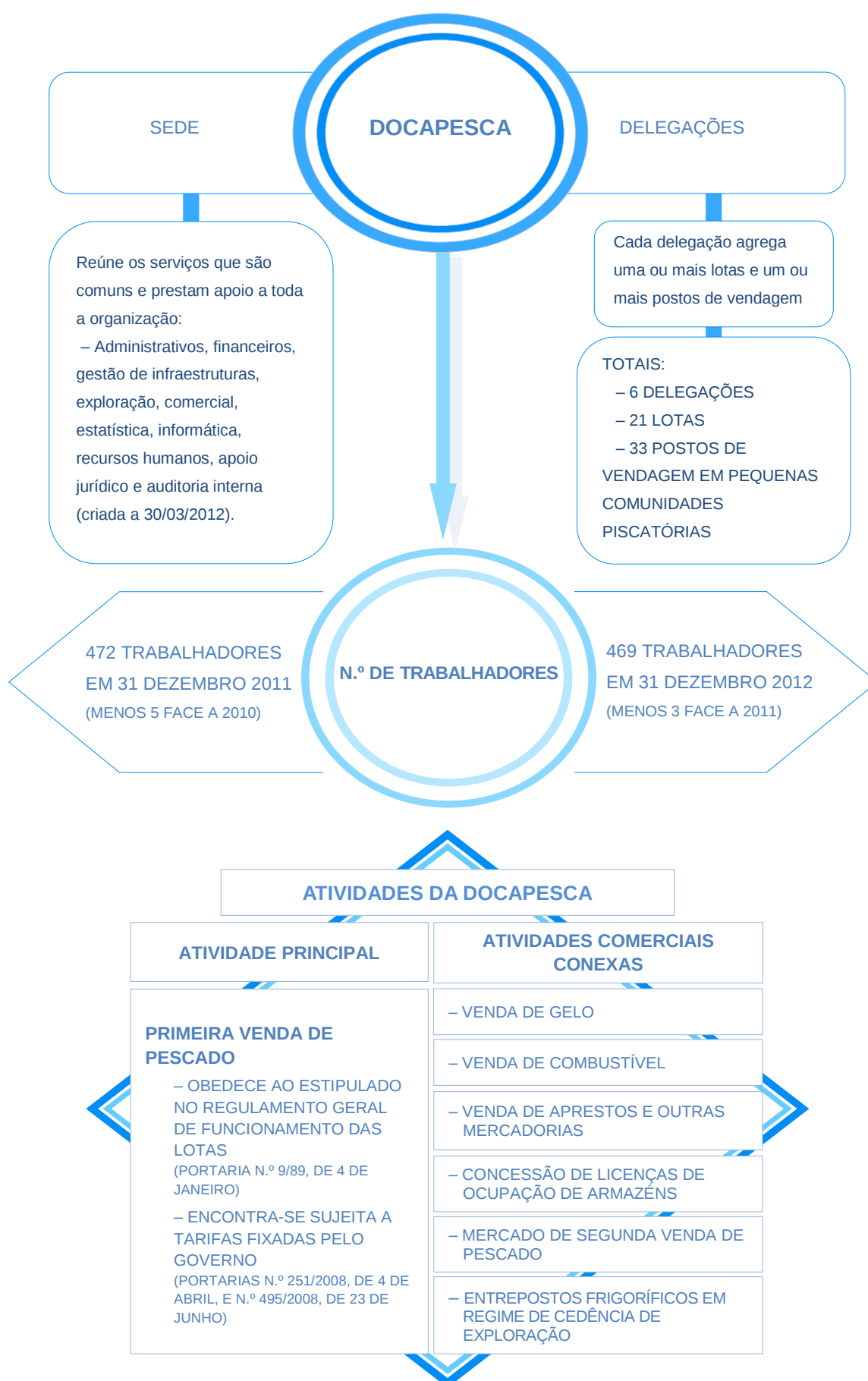
SECRETÁRIA:
CRISTINA MARIA PEREIRA FREIRE

PRESIDENTE:
FILOMENA MARIA A. VIEIRA MARTINHO
BACELAR

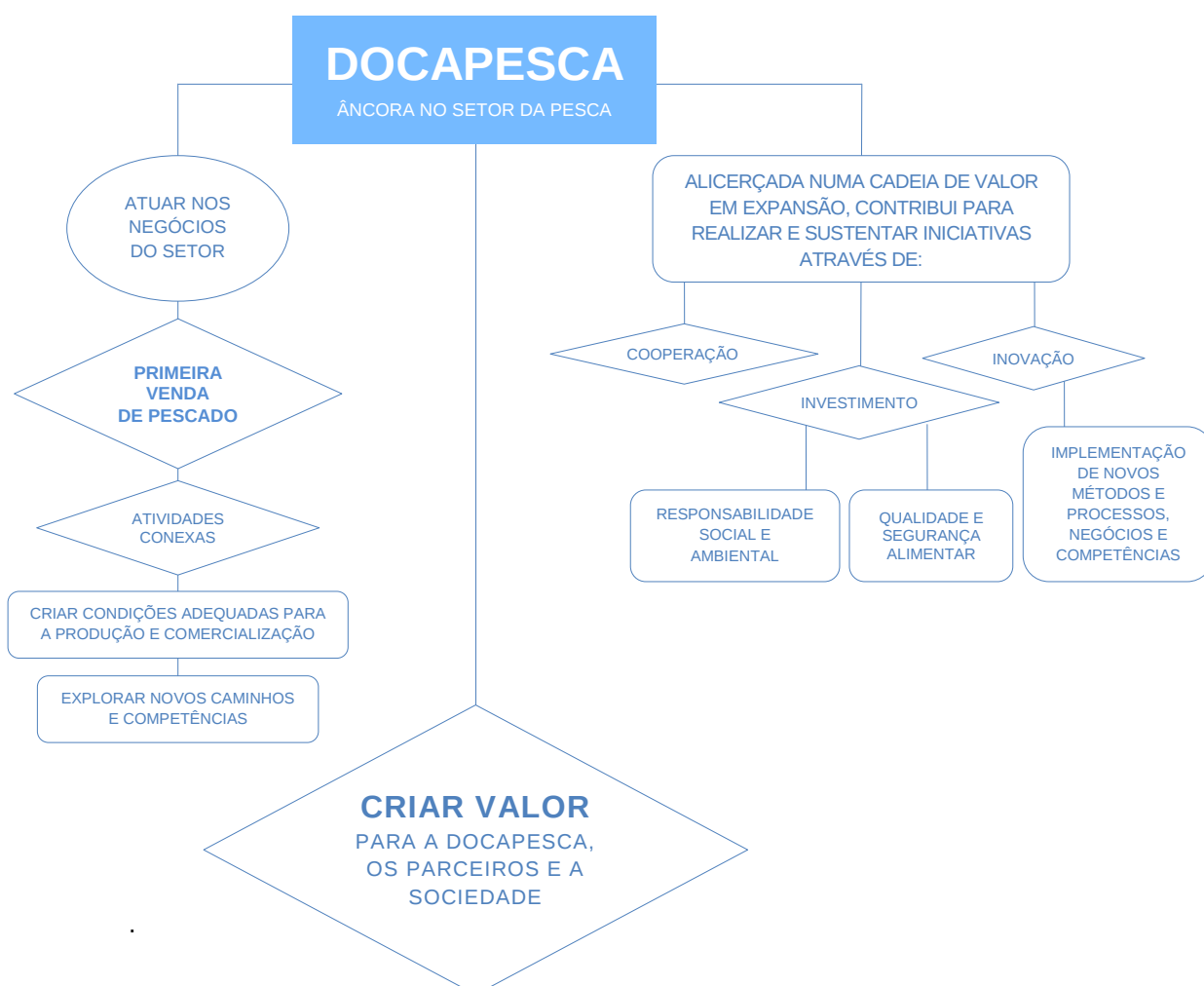
VICE-PRESIDENTE:
SARA ALEXANDRE DUARTE AMBRÓSIO

SECRETÁRIA:
CRISTINA MARIA PEREIRA FREIRE

ESTRUTURA E ATIVIDADE DA EMPRESA



2.3 MISSÃO, VISÃO E VALORES



2.4 DESAFIOS

DESAFIOS PARA O FUTURO DA DOCAPESCA E DO SETOR

- Explorar novos caminhos e competências que garantam a criação de valor.

- Aumentar o controlo higiossanitário em articulação com a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária e com a Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica.

- Fomentar a gestão sustentável dos recursos pesqueiros, bem como a adoção de comportamentos e práticas ambientalmente adequados pelos diferentes intervenientes do Setor, designadamente através da defesa do cumprimento dos tamanhos mínimos de captura e do acompanhamento de novas questões como a rejeição do pescado resultante da pesca acessória e o combate do lixo marítimo, introduzidas com a Nova Política Comum das Pescas.

- Proporcionar e assegurar as condições adequadas de higiene e segurança alimentar, baseadas nos princípios do HACCP (*Hazard Analysis of Critical Control Points*), de forma a garantir o controlo higiossanitário em todo o processo de primeira venda de pescado.

- Realizar iniciativas que permitam a valorização do pescado transacionado em lota, sobretudo de espécies abundantes/comuns na nossa costa, com alto valor nutricional e pouco valorizadas pelo consumidor final.

- Tendo como principais objetivos garantir a qualidade do pescado e a prevenção da fuga à lota, estreitar cada vez mais a relação com a Unidade de Controlo Costeiro da Guarda Nacional Republicana, a Direção-Geral da Marinha, a Direção-Geral da Alimentação e Veterinária e a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.

- Desenvolver iniciativas junto das comunidades piscatórias, no sentido de as sensibilizar para o cumprimento de Boas Práticas em todo o circuito de manipulação do pescado, desde a captura e manutenção a bordo até à comercialização.

- Estimular a manutenção do equilíbrio entre a capacidade produtiva e os recursos pesqueiros de forma a evitar colocar em perigo a atividade da pesca.

- Promover ações no contexto de abertura ao Setor e na aposta da divulgação da informação junto do consumidor final, de que se destacaram, no último ano, as Conversas em Rede e a Campanha da Cavala, ao abrigo do projeto cofinanciado do Comprovativo de Compra em Lota (CCL).

2.5 ENVOLVIMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS

Na identificação das partes interessadas, também designadas por *stakeholders*, e atribuição da sua significância foram seguidas as linhas orientadoras da Norma NP 4469-1:2008.

Após a identificação de todas as partes interessadas, determinaram-se as mais significativas, tendo por base os seguintes pressupostos:

- Determinação das partes interessadas que são, ou possam vir a ser, mais afetadas pela atividade e produtos da Docapesca;
- Determinação das partes interessadas que mais afetam, ou possam vir a afetar, as atividades e produtos da Docapesca.

O reconhecimento das partes interessadas envolveu toda a estrutura da empresa, uma vez que, ainda que de uma forma implícita, todos os órgãos funcionais contactam, cada um a seu nível e interesse específico, com distintos intervenientes externos.

A análise efetuada encontra-se refletida na tabela a seguir, onde estão representadas todas as partes interessadas, a sua relação com a Docapesca e a forma como é efetuada a comunicação.

Foram identificados como partes interessadas mais significativas os Clientes, Trabalhadores, Concedentes, Representantes, Fornecedores, Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, Instituto Português do Mar e da Atmosfera e Comunidade, encontrando-se a sombreado na tabela seguinte.

Para além das partes interessadas significativas, determinadas de acordo com a norma NP 4469-1:2008, considerou-se importante que a Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica, a Guarda Nacional Republicana – Unidade de Controlo Costeiro e a Direção-Geral

de Alimentação e Veterinária também fossem alvo de uma análise mais aprofundada.

Esta análise prende-se com o facto de existir uma estreita colaboração e interação entre a Docapesca e estas entidades, bem como a influência que estas exercem no desenvolvimento da atividade da empresa.



ENVOLVIMENTO E COMUNICAÇÃO COM AS PARTES INTERESSADAS

	ENTIDADES	RELAÇÃO COM A DOCAPESCA	COMUNICAÇÃO
TUTELA	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	Definem as diretrizes e orientações a serem seguidas, acompanhando regularmente as atividades da empresa.	– Relatório e Contas; – Princípios de Bom Governo; – Relatório regulares de informação; – Acesso a informação diversa; – Respostas a solicitações; – Realização de reuniões.
	MINISTÉRIO DAS FINANÇAS		
ACIONISTA	DIREÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS	Acionista único.	– Assembleias-gerais ordinárias e extraordinárias; – Orientações e recomendações; – Relatório e Contas; – Acesso a informação diversa; – Respostas a solicitações; – Realização de reuniões.
CLIENTES		Os principais clientes são compostos por armadores, proprietários de embarcações de pesca, organização de produtores, indústria conserveira, grandes superfícies e comerciantes de pescado	– Tratamento de reclamações; – Realização de reuniões; – Informação aos clientes através de diversos canais (website, email, balcões de atendimento); – Newsletter de periodicidade trimestral; – Estudo de Diagnóstico "Satisfação dos Clientes";
TRABALHADORES		Mantém vínculo contratual de trabalho com a empresa: sem termo, a termo certo e a termo incerto.	– Boletim semanal de informação interna; – Organização de atividades em épocas festivas; – Inquéritos de diagnóstico de satisfação dos trabalhadores relativamente ao funcionamento interno da empresa e ao clima organizacional.
FORNECEDORES		Prestam serviços ou fornecem materiais à empresa.	– Realização de reuniões; – Resposta a pedidos de informação; – Utilização de diversos canais de comunicação (website, email, contatos telefónicos); – Newsletter de periodicidade trimestral.
CONCEDENTES		Exploração, através de Contratos de Concessão e Exploração, de algumas infraestruturas, lotas e armazéns.	– Realização de reuniões; – Utilização de diversos canais de comunicação (website, email, contatos telefónicos).
REPRESENTANTES		Exploração de Lotas e Postos de Venda em representação da empresa, através do estabelecimento de contratos de representação.	– Realização de reuniões; – Utilização de diversos canais de comunicação (website, email, contatos telefónicos).
ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES, ASSOCIAÇÕES E MÚTUAS DOS PESCADORES		Apoiam as comunidades piscatórias no sentido da melhoria das condições da atividade.	– Realização de reuniões; – Utilização de diversos canais de comunicação (website, email, contatos telefónicos).
GRUPOS DE AÇÃO COSTEIRA		Relações assentes no âmbito da Política Comum da Pesca e aspetos comerciais	– Realização de reuniões; – Utilização de diversos canais de comunicação (website, email, contatos telefónicos).

Nota: Para a identificação dos *stakeholders* e a determinação da sua significância utilizaram-se os critérios definidos na Norma NP4469-1:2008 de Sistemas de Gestão da Responsabilidade Social.

ENTIDADES	RELAÇÃO COM A DOCAPESCA	COMUNICAÇÃO
AUTORIDADE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ECONÓMICA (ASAE)	Avalia e comunica os riscos na cadeia alimentar, bem como disciplina o exercício das atividades económicas nos setores alimentar e não alimentar, mediante a fiscalização e prevenção do cumprimento da legislação reguladora das mesmas.	Contacto direto, com presença esporádica para a realização de ações inspetivas.
DIREÇÃO GERAL DE ALIMENTAÇÃO E VETERINÁRIA	Executam a inspeção sanitária de produtos da pesca em lota e controlam as condições higiossanitárias das embarcações de produção primária e dos estabelecimentos industriais.	– Contacto direto, através da presença assídua nos estabelecimentos da lota; – Realização de reuniões; – Utilização de diversos canais de comunicação (website, email, contatos telefónicos).
UNIDADE DE CONTROLO COSTEIRO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA	Unidade especializada responsável pelo cumprimento da missão da GNR em toda a extensão da costa e no mar territorial, com competências específicas de vigilância, patrulhamento e interceção terrestre ou marítima em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas	– Contacto direto, através da presença assídua nos portos de pesca; – Realização de reuniões; – Utilização de diversos canais de comunicação (website, email, contatos telefónicos).
AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL (AMN)	Estrutura superior de administração e coordenação dos órgãos e serviços que, integrados na Marinha, possuem competências ou desenvolvem ações enquadradas no âmbito do Sistema da Autoridade Marítima. Compreende os seguintes órgãos: – Órgãos consultivos: Conselho Consultivo da AMN (CCAMN) e Comissão do Domínio Público Marítimo (CDPM). – Órgãos Executivos: Direcção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM), como órgão central da AMN, Departamentos Marítimos, como órgãos regionais da DGAM, as capitánias dos portos, como órgãos locais da DGAM. – A Polícia Marítima, que integra a estrutura operacional da AMN.	– Realização de reuniões; – Utilização de diversos canais de comunicação (website, email, contatos telefónicos).
AUTORIDADE PARA AS CONDIÇÕES DO TRABALHO	Promove a melhoria das condições do trabalho, através do controlo de normas em matéria laboral.	– Resposta a solicitações através de diversos canais de comunicação (email, carta, contatos telefónicos).
INSPEÇÃO-GERAL DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	Controla, audita e fiscaliza as áreas compreendidas na missão e atribuições do MAMAOT	– Resposta a solicitações através de diversos canais de comunicação (email, carta, contatos telefónicos).
DIREÇÃO-GERAL DOS RECURSOS NATURAIS, SEGURANÇA E DOS SERVIÇOS MARÍTIMOS	Desenvolve e aplica políticas nacionais e europeias no âmbito das pescas e aquicultura.	– Realização de reuniões; – Participação em grupos de trabalho; – Utilização de diversos canais de comunicação (website, email, contatos telefónicos).
DIREÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DO MAR	Desenvolve e aplica políticas e projetos nacionais e europeias no âmbito do mar.	– Realização de reuniões; – Participação em grupos de trabalho; – Utilização de diversos canais de comunicação (website, email, contatos telefónicos).
INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA	Desenvolve atividades de investigação, suporta a definição de políticas, preservação dos recursos e disseminação do conhecimento pelos agentes económicos e atores sociais na área das Pescas e do Mar.	– Utilização de diversos canais de comunicação (website, email, contatos telefónicos); – Colaboração em projetos comuns e grupos de trabalho.
FOR-MAR – CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DAS PESCAS E DO MAR	Promove a formação profissional na área das Pescas e do Mar.	– Utilização de canais de comunicação como o website e email.
ENTIDADES LOCAIS/REGIONAIS	Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia das regiões piscatórias, através de parcerias com interesse comum.	– Realização de reuniões e eventos; – Utilização de diversos canais de comunicação (website, email, contatos telefónicos).
COMUNIDADE LOCAL	Populações abrangidas pelos impactos positivos e negativos da atividade da empresa, associações ambientais e outras, escolas de hotelaria, escolas do ensino básico e secundário, grupos de pressão, sindicatos, comunicação social, entidades de segurança pública e do espaço marítimo, visitantes.	– Utilização de diversos canais de comunicação (website, email, contatos telefónicos).
SINDICATOS	Zelam pelas condições de trabalho e direitos dos trabalhadores.	– Realização de reuniões com o Conselho de Administração e com os trabalhadores, no âmbito dos seus direitos laborais.

2.5.1 CLIENTES

No âmbito da prestação dos serviços de primeira venda de pescado e restantes atividades desenvolvidas pela empresa, a Docapesca conta com um conjunto diversificado de clientes, dos quais se destacam os armadores, os grandes compradores de pescado, as organizações de produtores e as indústrias conserveiras.

O relacionamento e a satisfação dos seus clientes, com vista à melhoria da prestação dos serviços, reveste-se de elevada importância para a empresa, fazendo-se o tratamento e a resposta de todas as reclamações. Desde 2009, a Empresa realiza inquéritos para avaliar o nível de satisfação dos clientes.

De registar que a avaliação feita pelos diversos tipos de clientes demonstra uma crescente satisfação com os serviços prestados pela Docapesca.

Neste contexto, salienta-se ainda um conjunto de serviços prestados aos pescadores/armadores, como os descontos para a Segurança Social, as Mútuas, e a constituição da reserva pessoal.

2.5.2 TRABALHADORES

Com o objetivo de conhecermos as motivações dos nossos trabalhadores, procurámos saber a perceção destes relativamente a aspetos como o ambiente de trabalho, o salário, os benefícios, as condições de trabalho e o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal. A análise da informação obtida permitiu-nos concluir que os benefícios e condições de trabalho encontram-se em níveis satisfatórios, enquanto o salário, o ambiente de trabalho e o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal são variáveis que se considera poderem ser aprofundadas.

A Docapesca desenvolve uma política de formação interna contínua, tendo em 2011 e 2012 proporcionado aos trabalhadores aumentar os conhecimentos práticos e teóricos, nomeadamente no âmbito da Higiene e Segurança Alimentar e Higiene e Segurança no Trabalho.

Gradualmente tem-se vindo a apostar no desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores. O investimento em formação totalizou 60.381,46 Euros, em 2011, e 44.230,63 Euros, em 2012.

A gestão da avaliação de desempenho constitui outro processo de extrema importância, sendo que, a informação obtida ciclicamente, através de questionários realizados aos trabalhadores, deixa transparecer que tem oportunidade para progredir.

Com o intuito de promover uma política de otimização no âmbito dos recursos humanos, de modo a torná-la mais eficaz e adaptada às necessidades do negócio, a empresa tem vindo gradualmente a reestruturar o quadro de pessoal, no sentido de trazer conhecimento e inovação que permitam melhorar a imagem da empresa e modernizar a prestação do seu serviço.

2.5.3 CONCEDENTES

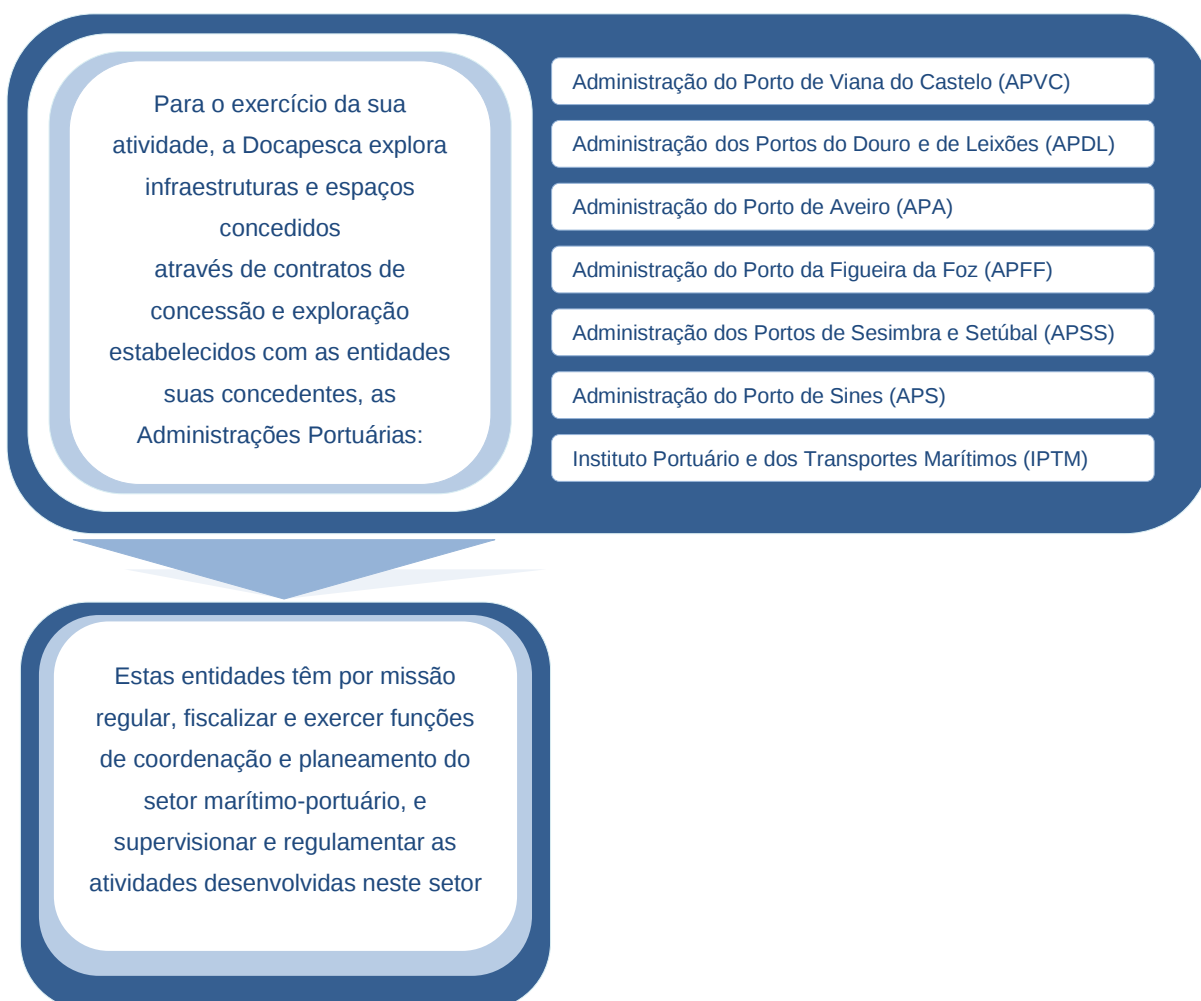
A Docapesca encontra-se vinculada a contratos de concessão e exploração de infraestruturas e de áreas necessárias ao desenvolvimento da sua atividade, como sendo os edifícios das lotas, os armazéns ou mesmo a totalidade do Porto de Pesca, que implica uma relação de proximidade e de longa duração com os seus concedentes.

De referir que das entidades concedentes, o Instituto Portuário dos Transportes Marítimos (IPTM) foi extinto com a reestruturação da estrutura orgânica do Estado, e as suas competências integradas em diversas entidades públicas.

Pelo fato destas alterações serem ainda muito recentes, a forma de relacionamento com o IPTM manteve-se sem alterações.

O vínculo estabelecido com os concedentes é de longa duração e proximidade, registando-se uma crescente abertura no relacionamento da empresa com estas entidades, com vista à agilização de procedimentos de gestão, sendo exemplo a elaboração de Regulamentos de Gestão dos Cais e Áreas Afetos à Docapesca (Sesimbra, Sines e Aveiro).

ADMINISTRAÇÕES PORTUÁRIAS: EXEMPLO DE ENTIDADES CONCEDENTES



2.5.4 REPRESENTANTES

De forma a enraizar valores e a integrar a comunidade local, a Docapesca tem vindo a prosseguir, ao longo dos anos e de forma gradual, o desenvolvimento de um projeto que promove a subconcessão de pequenas lotas e postos de vendagem a representantes.

Este processo passa pela atribuição de responsabilidades contratuais e legais aos representantes para, em nome da Docapesca, procederem à realização do leilão da primeira venda de pescado e de todos os serviços inerentes recebendo, em contrapartida, por esta operação, uma percentagem sobre o valor das taxas cobradas.

No âmbito deste projeto têm sido, ainda, analisadas questões de desperdícios ambientais (água, eletricidade), melhorias de processos operativos e sinergias entre os representantes e a Docapesca. A sua seleção é realizada com base em critérios específicos, nomeadamente, conhecimentos e vivências com operadores deste nicho de atividade.

Este processo tem o objetivo de fomentar a eficiência interna, quer pela redução de gastos com o pessoal, quer pelo aumento de ganhos operacionais.

2.5.5 FORNECEDORES

Na prossecução da sua atividade, a Docapesca relaciona-se com uma grande variedade de fornecedores. O tipo de bens e serviços que são prestados vão desde as empreitadas de construção civil, até ao fornecimento de equipamentos (bens do ativo imobilizado) e de bens e serviços diversos.

No que respeita às empreitadas de construção civil, estas abrangem não só as obras de conservação e reparação, como todas as obras de requalificação das lotas existentes.

O fornecimento de equipamentos e de bens e serviços diversos abrangem uma gama muito alargada e diversificada (desde meios mecânicos, equipamentos de transporte, equipamentos de frio no âmbito da qualidade e segurança alimentar, fardamento e equipamento destinados à prevenção de riscos laborais, etc.).

Desde 2009 que a Docapesca se passou a reger pelas regras do Código da Contratação Pública para todo e qualquer tipo de aquisição.



2.5.6 DIREÇÃO-GERAL DOS RECURSOS NATURAIS, SEGURANÇA E SERVIÇOS MARÍTIMOS

Com a reestruturação do Estado foi criado o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT), tendo a Direção-Geral das Pescas e Aquicultura sido extinta e as suas competências integradas na Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM).

A DGRM do MAMAOT é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa.

Tem como missão executar as políticas de preservação e conhecimento dos recursos naturais marinhos, as políticas de pesca, da aquicultura, da indústria transformadora e atividades conexas, do desenvolvimento da segurança e dos serviços marítimos, incluindo o setor marítimo-portuário, bem como garantir a regulamentação, a inspeção, a fiscalização, a coordenação e o controlo das atividades desenvolvidas no âmbito daquelas políticas.

A Docapesca segue de perto as atividades desenvolvidas pela DGRM, sobretudo no que diz respeito à Política Comum das Pescas.



2.5.7 COMUNIDADE

A Docapesca encontra-se presente no Setor das Pescas há mais de 50 anos, acompanhando e participando ativamente no percurso traçado pelo setor, dentro daquelas que são as suas competências ultrapassando muitas vezes o objeto da sua atividade (primeira venda de pescado).

Ao longo dos anos a empresa desenvolveu um estreito relacionamento com as suas partes interessadas e com a comunidade, em particular com as comunidades piscatórias, sendo que a prestação de um serviço de excelência é um objetivo que anda de mãos dadas com a melhoria das condições de vida da sua envolvente.

A Docapesca encontra-se consciente de que as atividades que desenvolve geram, direta e indiretamente, diversos impactos positivos para as partes interessadas e para a comunidade em geral. Estes impactos ocorrem, nomeadamente, pela modernização e melhoria, quer das condições da sua extensa rede de infraestruturas de lotas e postos de vendagem, quer dos processos de trabalho, permitindo um aperfeiçoamento contínuo na prestação do serviço de primeira venda de pescado e, consequentemente, a sua valorização enquanto produto alimentar.

A empresa aposta ativamente na valorização do pescado transacionado nas lotas do continente português, através do envolvimento com a comunidade consumidora, desenvolvendo outros projetos e ações como o Comprovativo de Compra em Lota (CCL), no âmbito do qual se insere a Campanha da Cavala, e a participação em eventos promovidos por várias entidades, dentro e fora do setor.

Através destas iniciativas, a empresa contribui para a sustentabilidade e rentabilidade do Setor das Pescas, sensibilizando a comunidade para as questões da Pesca e do Mar e valorização de temas ambientais, sociais e económicos associados ao setor.

Para além da sua atividade principal, a empresa proporciona às comunidades piscatórias todas as condições necessárias para o exercício da sua atividade, nomeadamente através da venda e prestação de serviços complementares remunerados, como o fornecimento de energia às embarcações, água potável, gelo, aprestos de pesca, licenças de ocupação de armazéns para armadores e comerciantes e um mercado de segunda venda.

A empresa substitui-se aos sujeitos passivos (armadores) na entrega ao Estado do IVA e das contribuições para a Segurança Social.



2.5.8 OUTRAS ENTIDADES

OUTRAS ENTIDADES RELEVANTES PARA A ATIVIDADE DA DOCAPESCA

- Garantem a sustentabilidade dos recursos pesqueiros e da higiene e segurança alimentar, bem como o cumprimento da legislação em vigor.
- Contribuem diretamente para o exercício da atividade da empresa, assegurando a qualidade do produto.

Direção-Geral de Política do Mar

- Entidade que tem por missão desenvolver, avaliar e atualizar a Estratégia Nacional para o Mar (ENM).
- Elabora e propõe a política nacional do mar nas suas diversas vertentes, planeia e ordena o espaço marítimo nos seus diferentes usos e atividades.
- Acompanha e participa no desenvolvimento da Política Marítima Integrada da União Europeia.
- Promove a cooperação nacional e internacional no âmbito do mar.

Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE)

- Autoridade administrativa nacional especializada no âmbito da segurança alimentar e da fiscalização económica.
- Responsável pela avaliação e comunicação dos riscos na cadeia alimentar, mediante a fiscalização e prevenção do cumprimento da legislação em vigor.

Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)

- Entidade com competências na proteção da saúde pública.
- Acumula funções no domínio da segurança alimentar e sanidade animal e vegetal.
- Acumula ainda atribuições no domínio da normalização, regulamentação e coordenação do controlo alimentar.

OUTRAS ENTIDADES RELEVANTES PARA A ATIVIDADE DA DOCAPESCA

Autoridade Marítima Nacional

Dos órgãos que compõem a estrutura desta entidade salientam-se a Polícia Marítima e as Capitania dos Portos, por se considerar serem as mais relevantes para a atividade da empresa.

Polícia Marítima

- Garante a fiscalização e o cumprimento das leis e regulamentos nos espaços de jurisdição marítima nacional.
- Colabora com as demais forças policiais e de segurança, garantindo a segurança e os direitos dos cidadãos.

Capitanias dos Portos

- Exercem competências no âmbito da autoridade marítima, do salvamento e socorro marítimos, da segurança da navegação.
- Executam funções de carácter técnico-administrativo, do registo patrimonial de embarcações, da proteção e conservação do domínio público marítimo.
- Promovem a defesa do património cultural subaquático, da pesca, da aquicultura e das actividades conexas e ainda no campo contraordenacional.

Guarda Nacional Republicana – Unidade de Controlo Costeiro

- Atua em toda a extensão da costa e no mar territorial do continente e das Regiões Autónomas.
- Unidade especializada responsável pelo cumprimento da missão da Guarda.
- Competências específicas de vigilância, patrulhamento, interceção terrestre ou marítima.
- Gere e opera o Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo (SIVICC), ao longo da orla marítima.

2.6 INICIATIVAS COM AS PARTES INTERESSADAS

A Docapesca, empresa chave no setor das pescas, detém um lugar privilegiado de interlocutor com as principais partes interessadas. É neste contexto que, nos últimos anos, a empresa tem direcionado esforços para a valorização do pescado, a garantia das condições de higiene e segurança alimentar e a promoção de ações que visam divulgar espécies de reduzido valor comercial, mas de elevado valor nutricional.

No âmbito da sustentabilidade, a empresa apostou em diversos projetos que, de uma forma continuada, contribuem para a prossecução do objetivo da valorização do pescado transacionado em lota.

Neste enquadramento, foram realizadas diversas ações no biénio 2011 e 2012, de que se destacam:

- **Colóquio Docapesca:** na Fundação Champalimaud, teve como tema “A Valorização do Pescado em Portugal”. O evento contou com diversos oradores e cerca de 160 convidados, oriundos de toda a fileira da Pesca, entre outras entidades (janeiro 2012).
- **Peixe em Lisboa:** a iniciativa contou com a presença ativa das 10 principais lotas e de 10 organizações de produtores, convidadas. O pescado exposto foi preparado e confeccionado por *chefs* de cozinha, ao abrigo da celebração do protocolo realizado com as escolas de hotelaria (abril 2012).
- **Conversas em Rede:** conjunto de debates sobre a Valorização do Pescado e a Fuga à Lota, que reuniu intervenientes de diversas entidades do Setor, dos Municípios e dos Grupos de Ação Costeira, em 10 cidades do litoral (maio 2012).

- **Campanha da Cavala:** visa a promoção desta espécie junto do consumidor final, através da realização de aulas de culinária nos mercados municipais em articulação com as Escolas de Hotelaria e Turismo. A clara aposta de comunicação na imprensa local, refletiu-se na publicação de diversos anúncios e notícias sobre a campanha, de que se destaca a publicação de artigos de opinião no jornal *Mundo Português*, de que se salientam: *Papel da Cavala na Dieta Mediterrânica*, *Papel da Cavala na Exportação* e *A Cavala na Restauração*. A Campanha da Cavala totalizou 43 ações, em 26 cidades do país, tendo decorrido de julho a 27 de outubro de 2012.



A Docapesca presta ainda apoio ao Setor, através de um diálogo permanente e de parcerias, tendo como principal preocupação a prossecução dos seus interesses sociais e económicos e a sensibilização para a adoção de comportamentos sustentáveis.

Direcionada para o objetivo global da valorização do pescado transacionado nas lotas do continente português, a Docapesca reforçou as suas atividades em torno do projeto do Comprovativo de Compra em Lota (CCL). Focalizado na identificação e diferenciação do pescado, junto do consumidor final, o projeto encontra-se implementado em seis cadeias da Grande Distribuição.

Ainda neste contexto, a Docapesca contribui para a sensibilização de todos os intervenientes no processo de primeira venda, a montante e a jusante, procurando garantir em toda a cadeia o cumprimento das regras de segurança alimentar, como também prestar informação relativamente às boas práticas para assegurar a sustentabilidade dos recursos haliêuticos.

O *Manual de Boas Práticas* para utilização a bordo das embarcações de pesca, foi elaborado em articulação com o IPMA (ex IPIMAR). Nas três sessões realizadas com pescadores e armadores, em Peniche, Matosinhos e Sesimbra, foram distribuídos 100 exemplares. O manual sugere a alteração de metodologias de trabalho, no sentido da valorização do pescado e do respeito pelo ambiente.

Para além da realização dos projetos diretamente ligados à atividade principal da Docapesca, a empresa tem vindo a reforçar a sua colaboração noutras iniciativas, dos quais se destacam os seguintes:

- o **Kit do Mar**: direcionado para crianças e jovens em idade escolar, a participação da Docapesca no projeto da Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) visa abordar a importância do mar e os seus produtos;

- o **Colaboração com as escolas de turismo e hotelaria** na confeção de receitas com espécies menos valorizadas (cavala);
- o Promoção de ações de **degustação com cavala**, em articulação com municípios, escolas de turismo e hotelaria, em várias localidades do país.



No decorrer de 2011 e 2012 a Docapesca participou em diversas feiras e eventos, entre os quais se destacam:

- SISAB;
- Tardes Oceânicas da Ciência Viva;
- Festival do Peixe em Lisboa;
- Fórum do Mar;
- Volvo Ocean Race;
- The Tall Ships Race;
- Festival do Bacalhau de Ílhavo;
- PortoCall.

Ainda que inserida em temáticas diferentes, a participação da Docapesca nestes eventos teve como principais objetivos dar a conhecer a atividade da empresa e contribuir para a valorização do pescado transacionado nas lotas do continente. Resultantes de parcerias, estas iniciativas contaram com as presenças ativas de organizações de produtores, associações de pescadores, reputados *Chefs* da cozinha portuguesa e Escolas de Hotelaria.



2.7 DEFINIÇÃO DA RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO A REPORTAR

A relevância dos temas a relatar no presente relatório teve em consideração os desafios colocados ao setor, as oportunidades para a empresa, o contributo para a sua estratégia e valores, a auscultação efetuada às partes interessadas, bem como a legislação e os regulamentos nacionais e internacionais.

O grupo de trabalho, criado aquando da elaboração do primeiro relatório, analisou as questões da sustentabilidade de forma a integrar as perspetivas económica, social e ambiental, dos temas considerados relevantes e de toda a informação reportada.

No período de referência do relatório, as partes interessadas foram auscultadas no sentido de se perceber qual o grau de sensibilidade para as questões da sustentabilidade e qual a sua perspetiva sobre o trabalho desenvolvido pela empresa. Para o efeito, realizaram-se questionários dirigidos a algumas das partes interessadas identificadas, nomeadamente, o *Diagnóstico de Satisfação dos Clientes* e a *Avaliação do Clima Organizacional*, para os trabalhadores da empresa.

Para a auscultação das partes interessadas foi privilegiado o relacionamento de proximidade com parte destas entidades, facilitado pelas características da atividade da empresa.

DESTAQUE DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DA RELEVÂNCIA DOS TEMAS DA SUSTENTABILIDADE A PARTIR DA AUSCULTAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS

Qualidade da prestação do serviço de primeira venda de pescado

Apoio ao cliente

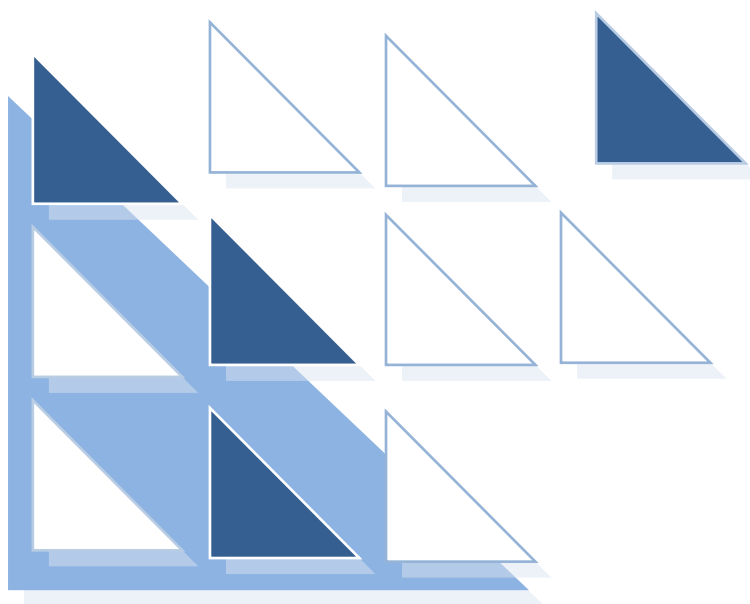
Política de recursos humanos da empresa

Proteção dos recursos naturais e da biodiversidade

Valor económico direto gerado e distribuído

Desenvolvimento e impactos para a comunidade

3. DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE



3. DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE

A análise do desempenho de sustentabilidade da empresa possibilitou uma perspectiva sobre o tratamento atual destas questões, de modo a definir um posicionamento relativamente à sustentabilidade.

A avaliação pormenorizada de acordo com os requisitos da GRI permitiu a identificação de áreas de melhoria de gestão e o estabelecimento de objetivos económicos, sociais e ambientais de uma forma mais concertada.



3.1 DESEMPENHO AMBIENTAL

A história da Docapesca encontra-se intimamente ligada ao Ambiente, especificamente o Ambiente Marítimo, sendo a sua postura sempre no sentido de conciliar as exigências próprias da sua atividade com o respeito pelo meio em que se encontra inserida.

Atualmente, a empresa encontra-se a dar continuidade à implementação de um Sistema de Gestão Ambiental, tornando a gestão dos seus aspetos ambientais significativos mais eficiente.

Nesta área, a atuação da empresa tem incidido na implementação de boas práticas ambientais ao nível da gestão de resíduos, eficiência energética, efluentes gasosos, encontrando-se em curso ações para a correta gestão de resíduos, redução dos consumos energéticos e emissões de poluentes.

A DOCAPESCA E O AMBIENTE

Associado ao exercício da sua atividade, fundamentalmente aos serviços da primeira venda de pescado, produção de gelo e serviços administrativos, a Docapesca conta como principais matérias-primas o papel de fotocópia e as caixas de pescado em polietileno de alta densidade e, como principais consumos, os da água e da energia.

MATÉRIAS-PRIMAS

CONSUMOS	2011	2012
MATÉRIAS-PRIMAS		
RESMAS DE PAPEL A4	2.497	3.191
CONSUMO TOTAL (T)	104	128
CAIXAS DE PESCADO UTILIZADAS	25.200	22.500
CONSUMO TOTAL (T)	104	128
OUTROS CONSUMOS		
ÁGUA EM M ³	41.235	40.185
ENERGIA EM GJ	235.396	230.937

As variações dos consumos de água e de energia estão, por um lado, relacionadas diretamente com as flutuações das atividades e, por outro, com a desativação de algumas instalações, como foram os casos do Porto de Pesca de Lisboa e a concessão de exploração dos Entrepósitos Frigoríficos de Matosinhos e de Peniche.

Os totais de caixas de pescado apresentados englobam:

– As caixas laranja. Utilizadas para o acondicionamento do pescado para leilão, que do ponto de vista legal, por contactarem diretamente com o pescado destinado a venda, o seu material é o polietileno de alta densidade virgem.

– As caixas azuis. Servem para evitar o contato direto das caixas laranja com o solo, sendo fabricadas em materiais reciclados. Ainda que utilizadas em menor quantidade, constituem cerca de 8% do total de caixas utilizadas.

Esta boa prática não se estende às caixas laranja por estas contactarem diretamente com o pescado.



EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Com o objetivo de aumentar a sua eficiência energética, a Docapesca aprovou recentemente o seu Plano de Eficiência Energética, assumindo o compromisso de um aumento em 20% até 2020.

No presente Plano são definidas ações, ainda sem reflexo no presente relatório, que visam o cumprimento do objetivo traçado e agregam medidas novas a implementar e o reforço de medidas já praticadas.

Estas ações passam pela utilização eficiente de equipamentos, a utilização do requisito “consumo energético” na aquisição de novos equipamentos, monitorização de consumos, realização de auditorias energéticas e informação, sensibilização e promoção da eficiência energética junto dos trabalhadores.



GESTÃO DE RESÍDUOS

No que concerne à gestão de resíduos, a Docapesca assume uma gestão diferenciada, que é definida de acordo com a tipologia dos resíduos associados às atividades que desenvolve e às infraestruturas que explora.

Desta forma, nas Delegações onde a empresa apenas explora os edifícios das Lotas, os resíduos produzidos assumem características equiparáveis a resíduos sólidos urbanos, tanto ao nível da sua composição, como da sua quantidade, sendo tratados e levados para o fim legalmente aceite.

Decorrentes das atividades desenvolvidas nestes estabelecimentos são produzidas pequenas quantidades de resíduos:

- Os que apresentam maiores quantidades de produção são as embalagens de plástico, de papel e de cartão.
- Em menor quantidade, os consumíveis informáticos e equipamentos obsoletos.

De uma forma geral, o encaminhamento destes resíduos é efetuado para operações de valorização.

Nas Delegações onde a empresa efetua a gestão dos recintos dos portos de pesca (Matosinhos, Sesimbra e Sines), ou de parte dos resíduos aí produzidos (Aveiro), estes assumem características de resíduos não urbanos, resultantes das atividades associadas a infraestruturas como os armazéns de aprestos e comerciantes, as fábricas de gelo e as lotas.

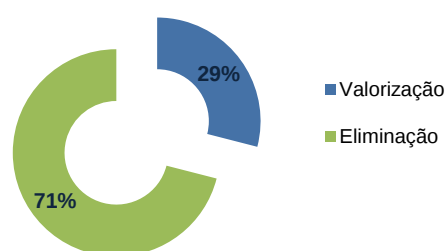
As atividades desenvolvidas nestas infraestruturas geram grandes quantidades de resíduos, sendo os mais comuns, como referido, as embalagens de plástico, seguindo-se as de madeira, papel e cartão, os metais, os óleos dos motores e matéria orgânica (pescado).

Se parte destes resíduos são encaminhados para operações de valorização, na maioria são resíduos indiferenciados, não passíveis de encaminhamento para operações de valorização.

Na globalidade da empresa, o destino dado aos resíduos nos últimos três anos foi, sobretudo, para operações de eliminação. Deste modo, conclui-se que o esforço da gestão de resíduos está a ser direcionado para operações de valorização.

Expressam-se, a seguir, as percentagens médias do encaminhamento dos resíduos efetuado na globalidade da empresa, de 2011 a 2012. De referir que estas quantidades não sofreram variações significativas no período considerado.

GESTÃO DE RESÍDUOS (2010-2012)



RESÍDUOS DE EMBALAGENS DE PLÁSTICO

Os resíduos mais significativos associados à atividade principal da Docapesca, a primeira venda de pescado, são as embalagens de plástico para o condicionamento do pescado para venda.

O encaminhamento destes resíduos é, desde há muito, uma preocupação da empresa, sendo que são encaminhados para empresas recicladoras devidamente licenciadas.

RESÍDUOS DE EMBALAGENS DE PLÁSTICO (t)

2010	2011	2012
42	41	25



3.2 DESEMPENHO ECONÓMICO

De acordo com a legislação aplicável, a Docapesca apresenta o seu *Relatório e Contas* onde patenteia e descreve o desempenho económico da empresa ao longo de cada ano. Certificado pelos Auditores externos e pelo Revisor Oficial de Contas, o *Relatório e Contas* é divulgado no sítio oficial da internet, em www.docapesca.pt.

No presente relatório, a empresa pretende divulgar os indicadores económicos numa perspetiva de sustentabilidade, quer da própria empresa – sendo neste campo primordial a manutenção das taxas cobradas na Primeira Venda como fator determinante para o seu equilíbrio económico e financeiro –, quer dos contributos que a empresa aporta para o meio envolvente.

Com uma posição privilegiada no setor, uma vez que se encontra no cerne da receção e distribuição do pescado, a Docapesca age como o garante das condições de higiene e segurança alimentar na transação do pescado, assegurando que esta se efetua de acordo com aqueles princípios.

Assim, o investimento que realiza, recorrendo aos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais e aos subsídios recebidos do programa PROMAR, visa maioritariamente a obtenção das melhores condições higio-sanitárias para a primeira venda de pescado, contribuindo também, desta forma, para a valorização do pescado vendido em lota.

INDICADORES ECONÓMICOS				Valor em €
			2011	2012
EC1	1. Valor Económico direto gerado		26.122.738,54	26.190.019,53
	a) Receitas	Receitas Totais	26.122.738,54	26.190.019,53
	2. Valor Económico distribuído		19.113.026,62	19.319.556,71
	b) Custos operacionais	Contas 61+62	8.226.648,18	8.370.715,15
	c) Salários e benefícios	Conta 63	10.151.755,15	9.753.292,65
	d) Pagamentos Capital	Dividendos e juros pagos a instituições financeiras	170.917,68	170.346,70
	e) Pagamentos ao Estado	Impostos e Multas	106.499,81	874.351,41
	f) Investimentos na comunidade	Doações voluntárias; Investimentos em infraestruturas	457.205,80	150.850,80
	3. Valor Económico acumulado (3. = 1. - 2.)		7.009.711,92	6.870.462,82
EC2	Implicações financeiras das alterações climáticas	A empresa não dispõe de dados para analisar estes impactos	-	-
EC3	Cobertura das obrigações decorrentes das regalias, fundos de pensões e planos de reforma definidos pela organização para os seus trabalhadores.	Este indicador encontra-se amplamente divulgado nos Relatórios e Contas de 2011 e de 2012 da Docapesca	-	-
EC4	Apoio financeiro recebido do Governo	Subsídios do Programa PROMAR	234.515,67	119.631,23
EC8	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestruturas e serviços oferecidos, principalmente para benefício público	Valor do Investimento em infraestruturas	457.205,80	150.850,80

3.3 DESEMPENHO SOCIAL

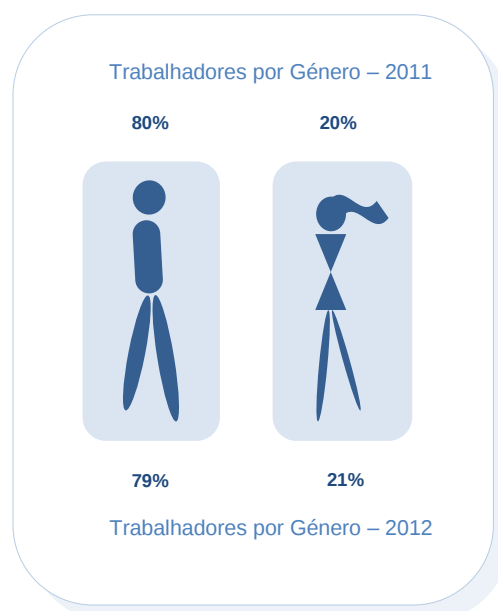
A Docapesca como gestora da estrutura da rede de lotas e postos de venda de primeira venda de pescado fresco em lota opera em duas dimensões:

- o A económico-financeira, geradora de negócio,
- o A social, convencionada à prestação de um serviço público.

A otimização entre estas duas dimensões assenta num *trade-off* entre a sustentabilidade económica da empresa e a subsistência da responsabilidade social para todas as comunidades envolvidas, e consequentemente com a inerência dos respetivos custos.

Marcada pela sua experiência, liderança e posição no mercado da atividade onde opera, continua a caracterizar-se pelos seus princípios de eficiência, transparência e atualização permanente, promovendo a diversificação da sua prestação de serviços.

Para vencer os desafios propostos, seguindo a política de redução de custos desde 2008, mas mantendo a otimização e garantia dos serviços, em 2012 a Docapesca, conjugando entradas e saídas de trabalhadores, reduziu o seu quadro de pessoal em cerca de 1%, dando assim continuidade à reestruturação do seu quadro de pessoal que nos últimos cinco registou a saída de 40 trabalhadores.



Sendo a Docapesca, uma empresa do setor primário da atividade, encontra-se organizada em duas áreas funcionais distintas: a operacional/exploração e a administrativa.

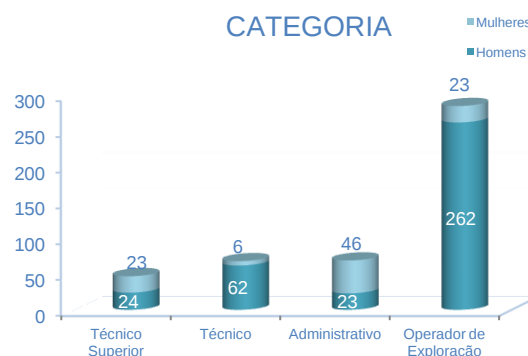
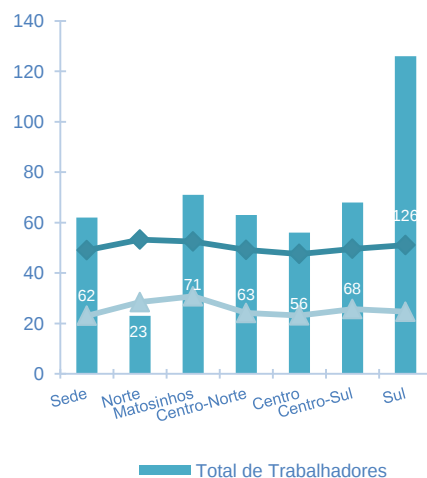
O quadro de pessoal é composto maioritariamente por trabalhadores do sexo masculino, devido à estrutura operativa e à exigência física da grande maioria das funções executadas. Por seu turno, o número de mulheres é superior no desempenho de tarefas administrativas. Neste contexto, a diferença entre o número de trabalhadores por género justifica-se pela diferença profunda no desempenho de tarefas e áreas completamente distintas.

Nos últimos anos, a empresa tem vindo a reformular parte do seu efetivo total, através de um rigoroso sistema de entradas e saídas, atingindo, em ambas as áreas, um quadro de pessoal cuja faixa etária ronda os 50 anos de idade.

HABILITAÇÕES

A renovação do quadro de pessoal da Docapesca, especialmente na área operacional, impôs como regra no recrutamento e seleção trabalhadores com níveis habilitacionais mais elevados. Atualmente, a média de antiguidade dos trabalhadores desta área é superior a 25 anos, sendo que para esta atividade operacional não eram exigidas especiais habilitações acabando por abranger, ao longo do tempo, a grande maioria dos trabalhadores.

Embora se tenha verificado uma ligeira progressão nos últimos dois anos e apesar dos ajustamentos ocorridos e do esforço realizado pela empresa, através da mecanização de muitas operações, o nível de habilitações do quadro de pessoal mantém-se aquém do desejável.



MEDICINA, HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Na boa prática em matéria de saúde, higiene e bem-estar dos trabalhadores e no cumprimento da legislação em vigor, a Docapesca tem promovido e garantido o acesso a todos os seus trabalhadores – independentemente do vínculo laboral –, à realização de exames e consultas médicas no trabalho.

Ainda neste sentido, todos os trabalhadores ao serviço da empresa, contratados a termo ou sem termo, encontram-se cobertos por seguros de acidentes de trabalho, porquanto apenas os trabalhadores com contrato sem termo e a termo igual ou superior a um ano usufruem de um seguro de saúde.

Ambos os seguros, por questões de otimização, eficácia e eficiência, foram renegociados e a sua contratação firmada apenas com uma seguradora.

Como empresa do setor da alimentação, foi aposta da Docapesca introduzir melhorias nas práticas e procedimentos laborais instituídos, tendo como objetivo de forma periódica e sistemática a avaliação das condições de saúde dos trabalhadores, enquadrada no tipo de tarefa que executa.

Os trabalhadores são ainda periodicamente sujeitos à realização de exames médicos preventivos, reduzindo-se assim os riscos decorrentes das condições de trabalho, fomentando e garantindo locais de trabalho saudáveis. Neste sentido, todos os trabalhadores realizaram consultas e exames complementares de diagnósticos obrigatórios que permitiram aferir o estado das suas capacidades físicas e motoras.

Privilegiou-se, igualmente, a continuação de ações de formação em temáticas associadas à prevenção de riscos laborais, quer a nível de legislação, quer a nível prático de Segurança no Trabalho.

Na sequência dos relatórios da medicina do trabalho e do cumprimento da legislação em vigor sobre a matéria, a empresa definiu um conjunto de diretrizes e adotou medidas no sentido de reafectar os trabalhadores referenciados pela medicina do trabalho em locais e funções distintas que lhes permitam desempenhar a vida laboral em condições saudáveis e de bem-estar.



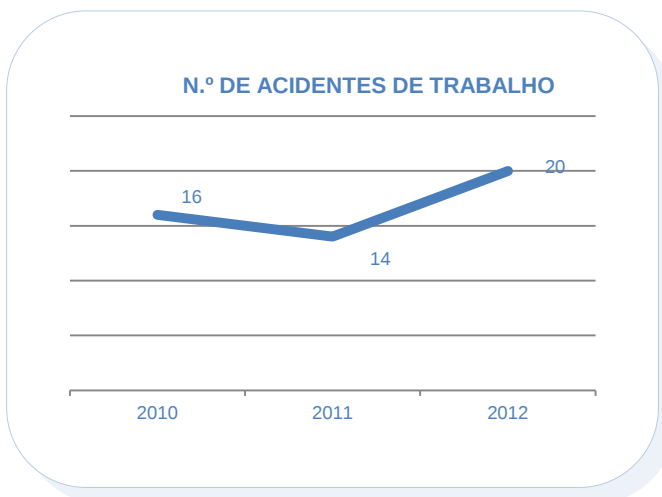
SINISTROS

Em 2011 e 2012 registaram-se 34 acidentes laborais, em toda a empresa.

O ano de 2012 foi considerado atípico, registando-se em termos quantitativos mais 99 dias de ausências, comparativamente ao ano anterior, devido a três acidentes de trabalho, dois por queda e um devido a uma explosão química.

À semelhança de anos anteriores, os acidentes de trabalho registaram-se essencialmente com trabalhadores do sexo masculino, resultando em 293 dias de incapacidade temporária de trabalho. O número de dias de trabalho perdidos decorrentes de acidentes, diretos, de trabalho tem vindo a decrescer nos três últimos anos. A média de idades dos trabalhadores que sofreram acidentes é superior a 52 anos, sendo que mais de 40% destes tem idades superiores a 60 anos.

Salienta-se que a Docapesca não tem registo de qualquer acidente mortal.



CAUSAS DA REDUÇÃO PROGRESSIVA DO NÚMERO DE SINISTROS, NOS ÚLTIMOS ANOS

REMODELAÇÕES E
MELHORIAS REALIZADAS
NAS INSTALAÇÕES DAS
LOTAS

– O investimento realizado e direcionado para a afixação de sinalética e o cumprimento desta por parte dos trabalhadores, no âmbito da segurança no trabalho

AÇÕES DE FORMAÇÃO E DE
SENSIBILIZAÇÃO

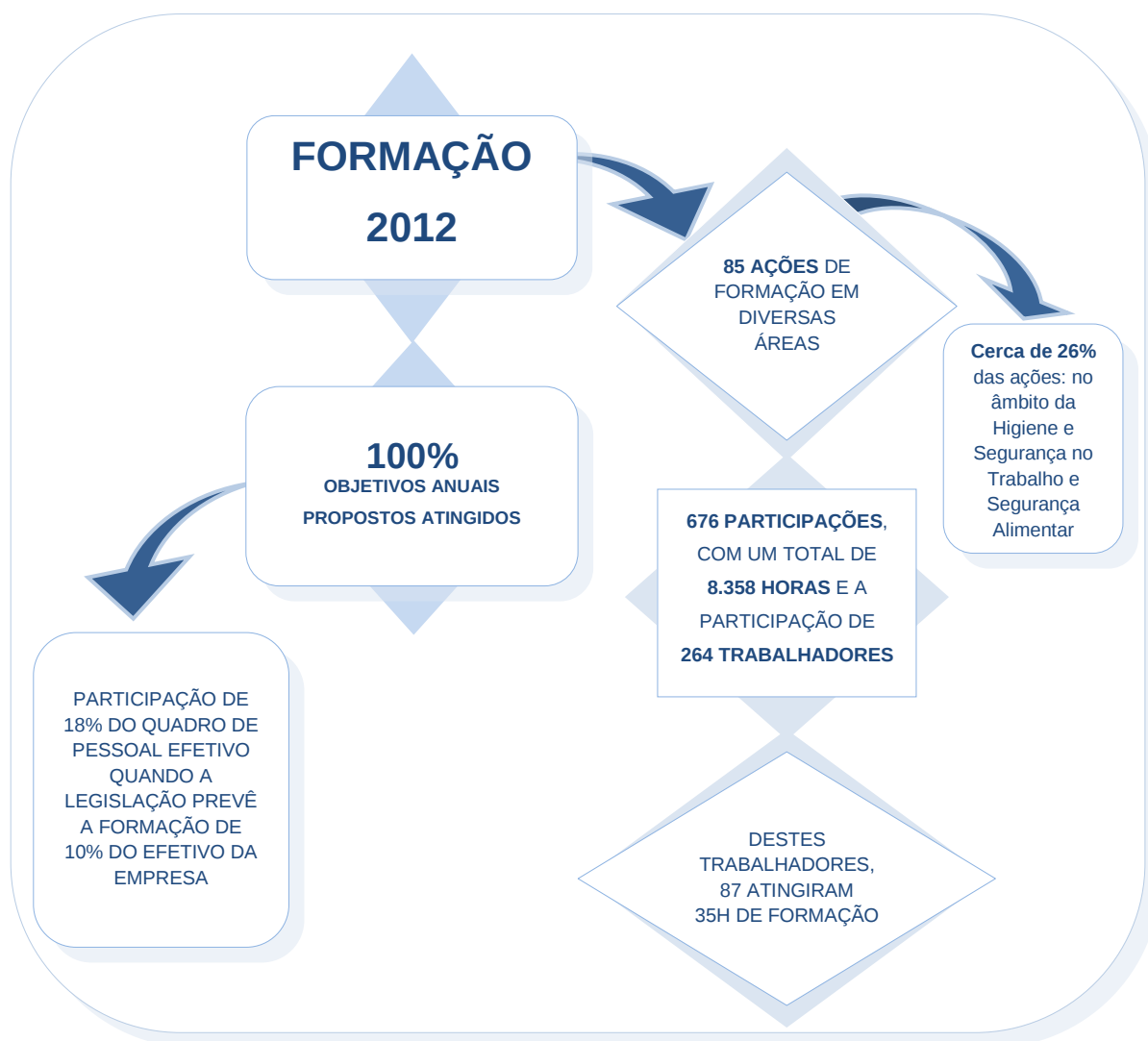
– Frequentadas por mais de 90% dos trabalhadores da empresa;
– Promoção de três ações, assentes na norma OHSAS 18001 (Higiene e Segurança)

FORMAÇÃO

Em 2011 foi elaborado o plano de formação, baseado num questionário de necessidades formativas, direcionado a todos os trabalhadores da empresa.

As temáticas a abordar e os objetivos quantitativos definidos, em horas e número de ações de formação, foram inteiramente realizados, apostando a empresa, mais uma vez, na valorização dos recursos humanos.

As ações de formação em higiene e segurança alimentar, baseadas nos princípios do HACCP (*Hazard Analysis of Critical Control Points*), têm sido um dos grandes desafios para a empresa, assente na realização de um conjunto de formações, que visam o cumprimento da legislação em vigor em todas as suas dimensões.



Tem sido, ainda, estratégia da empresa estabelecer um relacionamento empreendedor com armadores, pescadores, compradores e os próprios trabalhadores, para que possam reconhecer os mesmos princípios e valores, promovendo a consciencialização no âmbito da segurança alimentar, aperfeiçoando continuamente as boas práticas em toda a cadeia da primeira venda de pescado fresco.

Reforçando a valorização e conhecimento dos seus trabalhadores, foi desenvolvida uma ampla ação de formação, abrangendo cerca de 200 trabalhadores, de forma a instruir e esclarecer todas as dúvidas sobre a Igualdade de Género, apesar de não haver registo na empresa de quaisquer irregularidades neste processo.

A atividade crescente que tem sido desenvolvida, quer na formação direcionada para trabalhadores da área administrativa, quer para trabalhadores da área de exploração, é a expressão do reconhecimento pela empresa do papel fundamental que a formação pode ocupar como forma valorizadora dos recursos humanos e do desenvolvimento da organização.

O custo global imputado à formação profissional, realizada em 2012, ascendeu a 44.230,63 Euros, com a inclusão de despesas decorrentes das referidas ações como alojamento, alimentação e deslocações dos respetivos formandos.



CONDIÇÕES DE TRABALHO E RESPEITO PELOS DIREITOS HUMANOS

As organizações sindicais de representação coletiva de trabalhadores tomam as diligências consideradas necessárias e que lhe estão conferidas pela lei em vigor, na promoção e defesa dos interesses não só dos seus associados, mas de todos os trabalhadores do quadro da empresa independentemente do vínculo laboral, interferindo principalmente na melhoria das condições de trabalho e na valorização remuneratória.

No atual enquadramento macroeconómico, o processo de negociação do Acordo da Empresa (AE), em 2012, decorreu de forma particularmente difícil, mas responsável, tendo apenas sido possível alcançar um acordo firmado por uma das duas organizações sindicais.

As tabelas salariais da empresa, não sofreram quaisquer alterações desde o ano 2009, sendo que não existe, remuneração inferior ao salário mínimo nacional, cuja publicação do Acordo de Empresa consta do *Boletim de Trabalho e Emprego*, n.º 15, de 22 de abril de 2009, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Por força da determinação da Lei n.º 55-A/2010 (OE), de 31 de dezembro, e da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro de 2011, foram definidas orientações para implementar e executar reduções remuneratórias entre os 3,5% e os 10% para todas as remunerações acima dos 1.500,00 Euros, de acordo com o escalão, e ainda a inibição de quaisquer incrementos remuneratórios, além de qualquer progressão, ou atribuição de prémios de desempenho.

Foi aplicada, ainda, de acordo com a Lei n.º 49/2011, de 7 de setembro, a sobretaxa extraordinária de IRS, sendo retido na fonte 50% do valor total devido do Subsídio de Natal.

O Acordo de Empresa, subscrito em 2011 e 2012, além de interditar qualquer valorização remuneratória, independentemente das negociações com as organizações sindicais representativas dos trabalhadores, manteve em vigor um conjunto de princípios que, para além do enfoque no cumprimento dos princípios normativos associados ao respeito pelas Diretivas comunitárias, da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Constituição Portuguesa, proporciona ainda um conjunto de regalias sociais mais favoráveis do que o preconizado no Código do Trabalho em vigor – nomeadamente na proteção social, sobretudo em situações de fragilidade como a assistência à família, em caso de doença.

A Docapesca estabelece diretrizes e princípios que configuram o respeito pelos direitos humanos em todos os seus âmbitos: social, económico e ambiental.

O posicionamento da empresa nesta matéria decorre, ainda, do cumprimento da legislação relativa ao Código da Contração Pública, reivindicando a todos os seus fornecedores a desmonstração documental do cumprimento de todas as obrigações fiscais e sociais. Nesta matéria determina, também e sempre que possível, que sejam assegurados os padrões de trabalho digno, de acordo com as regras da Organização Mundial do Trabalho (OIT).

COMBATE À CORRUPÇÃO

A Docapesca atualizou recentemente um dos instrumentos relevantes para as questões de ética, direcionado para todas as suas atividades – o Código de Conduta – disponibilizado e divulgado por todos os trabalhadores.

A empresa prima pela não tolerância a qualquer prática de corrupção, seguindo as melhores práticas processuais e legais em vigor, prevenindo perdas e melhorando situações que indiquem a ocorrência de fraudes, desvios e atos ilícitos. As situações identificadas, devidamente fundadas com factos e dados, são analisadas com rigor na proporção dos danos causados ou evitados.

Os trabalhadores, ou outra qualquer entidade, comprovadamente envolvidos em tais situações são responsabilizados e punidos através de processos disciplinares que poderão resultar em despedimentos por justa causa ou ações judiciais. As restantes entidades com participação provada em casos ilegais são, também, penalizadas na proporção dos respetivos casos.

A atuação preventiva da Docapesca tem por base a elaboração e implementação do *Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção*, difundido por todas as unidades orgânicas, bem como por todos os seus trabalhadores. Neste âmbito foi entregue e assinado, ainda, pela maioria dos trabalhadores uma “Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses”.

No cômputo dos últimos cinco anos foram registados dois casos, um em 2008 e, outro, em 2010, que se referem especificamente a medidas registadas relativamente a fraudes e atuações ilegais contra a empresa.

Em contrapartida, nos anos de 2009 a 2012, não há registo de irregularidades de natureza contabilística e/ou financeira.

A divulgação interna através dos meios de comunicação existentes – intranet e pastas partilhadas – tem sido o grande desafio da empresa para a tomada de conhecimento e sensibilização desta matéria por parte de todos os trabalhadores, independentemente do vínculo contratual.

Para facilitar o processo de comunicação e difusão de ferramentas que visam planejar e prevenir a ocorrência e a prática do erro e da ilicitude, a Docapesca tem vindo a desenvolver através do Gabinete de Auditoria interna¹ tarefas preparatórias, tendo em vista eventuais intervenções no âmbito da auditoria por parte de qualquer entidade com poder legítimo para proceder à realização de qualquer fiscalização que entenda por oportuna. Dos resultados obtidos nos primeiros relatórios de auditoria interna, foi possível proceder à revisão e melhoria dos procedimentos, no intuito da aplicação e do cumprimento do Código da Contratação Pública.

Em 2012, a Docapesca foi objeto de uma auditoria por parte da Inspeção Geral da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, cujo relatório final sugeria o reforço e a implementação dos procedimentos e práticas existentes através da elaboração de um documento escrito *vinculativo* para posterior divulgação interna.



¹ Criado no início de 2012.

ENCARGOS SOCIAIS (DISPÊNDIO)

No âmbito da política social da Empresa, foram implementadas regras que visam a redução de custos, de acordo com a lei vigente, vendo-se obrigada a Docapesca a suspender parte dos benefícios há muitos anos consagrados no Acordo de Empresa.

Enquanto empresa promotora de boas práticas sociais, a Docapesca assumiu a sua responsabilidade como empregadora, promovendo e garantindo parte dos benefícios, introduzindo e atualizando regras que obedecem a critérios mais seletivos.

BENEFÍCIOS EM VIGOR

EMPRÉSTIMOS AOS TRABALHADORES POR CONTA DAS REMUNERAÇÕES (NÃO PODEM EXCEDER 10% DA REMUNERAÇÃO ANUAL DO TRABALHADOR)

COMPLEMENTO DE SUBSÍDIO DE DOENÇA E DE ACIDENTES DE TRABALHO

PAGAMENTO DOS DIAS DE AUSÊNCIA, ATÉ AO LIMITE MÁXIMO DE 15 DIAS, AO TRABALHO POR ASSISTÊNCIA À FAMÍLIA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADA

SUBSÍDIO DE ESTUDO A TODOS OS TRABALHADORES QUE PRETENDAM AUMENTAR AS SUAS HABILITAÇÕES, DESDE QUE SEJA PARA O INTERESSE DO DESEMPENHO DAS TAREFAS A EXECUTAR NA EMPRESA

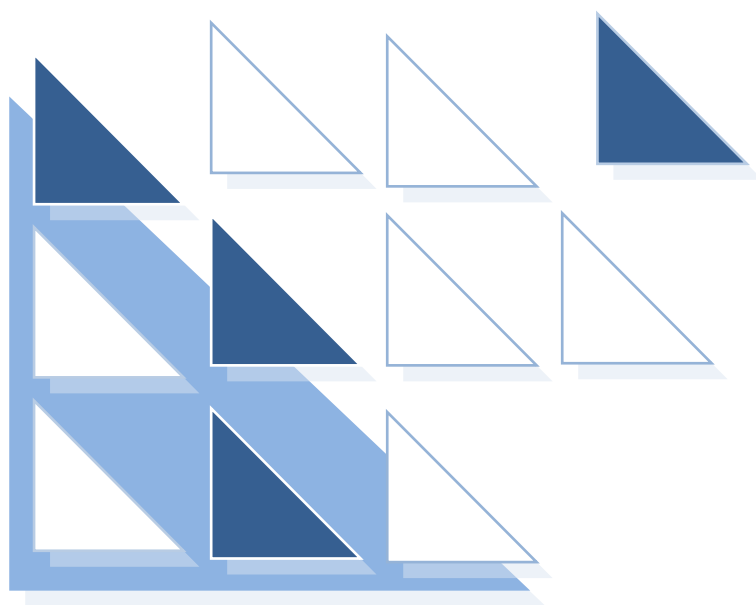
BENEFÍCIOS SUSPENSOS

SUBSÍDIO DE MORTE

PENSÃO DE SOBREVIVÊNCIA

PRÉMIO DE REFORMA POR VELHICE OU INVALIDEZ

4. ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE



4. ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE

Aliada à cultura organizacional, a Docapesca visa continuamente o desenvolvimento de uma estratégia de sustentabilidade baseada na definição e avaliação da materialidade.

Esta estratégia encontra-se assente num conjunto de compromissos direcionados para as áreas ambiental e socioeconómicas conjugadas com a abertura ao setor e um consequente envolvimento com as partes interessadas.

PROJECTOS E COMPROMISSOS FUTUROS

RECURSOS / AMBIENTE

- Garantir o cumprimento da Política Comum das Pescas, determinada pela União Europeia, no sentido de preservar a sustentabilidade dos recursos marinhos, através da gestão das quotas por espécies realizada na primeira venda de pescado fresco em lota e do cumprimento dos tamanhos mínimos de captura;
- Continuação da implementação do Sistema de Gestão Ambiental, de acordo com a Norma ISO 14001;
- Planos de eficiência energética, com previsão de 20% de redução de custos, até 2020;
- Melhoria da gestão de resíduos decorrentes da atividade da empresa;
- Sensibilização e divulgação da informação no âmbito da Política Comum das Pescas, nomeadamente dos projetos "Rejeição zero do pescado" e "Recolha e combate do lixo marítimo".

SOCIAL

- Reforço das parcerias para a valorização do pescado com vista à saúde e bem-estar;
- Readaptar o quadro de pessoal às novas exigências técnicas e de desempenho, nomeadamente em áreas como o ambiente, qualidade e segurança alimentar;
- Divulgar e promover o *Plano de Igualdade* da empresa;
- Promover e incentivar a redução da taxa de absentismo;
- Promover a realização de ações de formação abrangendo diversas temáticas, direcionadas fundamentalmente para dois âmbitos distintos: Higiene e Segurança Alimentar e Higiene e Segurança no Trabalho.
- Reforçar a divulgação no âmbito da prevenção da corrupção, através de informações relevantes a distribuir por todos os trabalhadores.

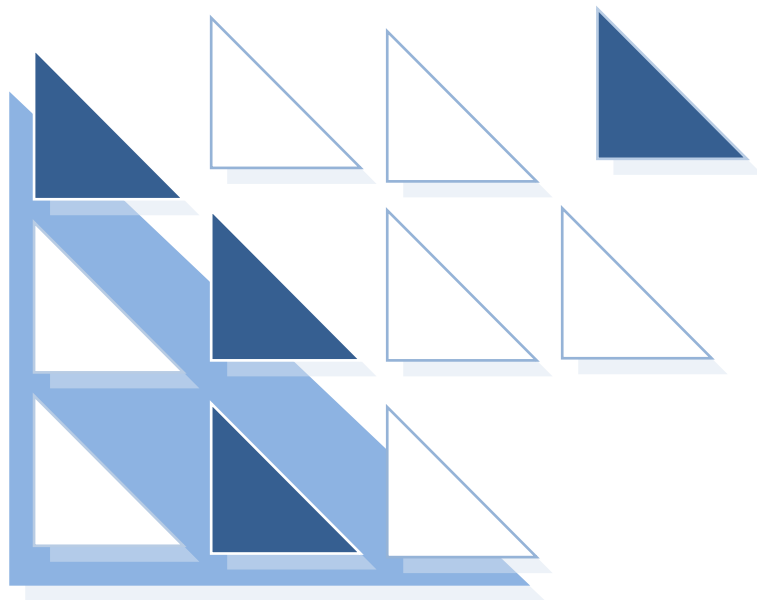
ECONÓMICO

- Contribuir para assegurar o retorno justo aos pescadores;
- Garantir a obtenção de resultados operacionais positivos;
- Direcionar os investimentos previstos, para garantir a higiene e segurança alimentar baseada nos princípios do HACCP, em todas as lotas do país;
- Diversificação de ações com vista à valorização do pescado e contribuição para o desenvolvimento de novos produtos.

OUTRAS ÁREAS

- Assegurar a continuidade da elaboração das estatísticas de pescado a reportar à DGRM e cujo objetivo se destina à determinação e controlo das quotas da pesca por espécie.
- Assegurar a continuidade da divulgação interna da agenda eletrónica e do Observatório Semanal – Preços Médios do Pescado nas Lotas, por todos os trabalhadores e todas as entidades fora e dentro do setor, com regularidade semanal e mensal;
- Criar novas formas de comunicação dos dados estatísticos de pescado adequando-os a diferentes públicos-alvo (restauração/gastronomia: "peixe da época", investigação científica, indústria, etc.), cuja consulta poderá ser efetuada através do site www.docapesca.pt.

5. SUMÁRIO DO CONTEÚDO DA GRI



5. SUMÁRIO DO CONTEÚDO DA GRI

CORRESPONDÊNCIA GRI

REF. DO CONTEÚDO GRI	DESIGNAÇÃO	PÁG/REF	OBSERVAÇÕES
1.1	Declaração da pessoa com o maior poder de decisão na organização (por ex. o Diretor-geral, o Presidente do Conselho de Administração ou cargo de importância equivalente) sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e a sua estratégia.	8	
2.1	Nome da Organização.	5	
2.2	Principais Marcas, Produtos e/ou Serviços.	11, 14	
2.3	Estrutura operacional da organização e principais divisões, operadoras, subsidiárias e <i>joint ventures</i> .	14	
2.4	Localização da Sede Social da Organização.	58	
2.5	Número de países em que a organização opera, assim como os nomes dos países onde se encontram as operações ou que têm uma relevância específica para as questões da sustentabilidade, abrangidas pelo relatório.	–	Não Aplicável
2.6	Tipo e Natureza Jurídica da Propriedade.		
2.7	Mercados abrangidos (incluindo uma análise geográfica discriminativa, os setores abrangidos e os tipos de Clientes/beneficiários).	11, 14, 20	
2.8	Dimensão e organização da entidade relatora.	11, 14	
2.9	Principais alterações que tenham ocorrido, durante o período abrangido pelo relatório, referentes à dimensão, à estrutura organizacional ou à estrutura acionista.	12, 13	
2.10	Prémios recebidos durante o período abrangido	–	No decurso do biênio em análise, a Docapesca não recebeu qualquer prémio.
3.1	Período abrangido (por ex., ano fiscal/civil) para as informações apresentadas no relatório.	5	
3.2	Data do último relatório publicado (se aplicável).	4	
3.3	Ciclo de publicação de relatórios (anual, bianual, entre outros).	4	
3.4	Contacto para perguntas referentes ao relatório ou ao seu conteúdo.	58	
3.5	Processo para a definição do conteúdo do relatório.	30	
3.6	Limite do relatório (por ex. países, divisões, subsidiárias, instalações arrendadas, <i>joint ventures</i> , fornecedores).	5	

CORRESPONDÊNCIA GRI

REF. DO CONTEÚDO GRI	DESIGNAÇÃO	PÁG/REF	OBSERVAÇÕES
3.7	Refira quaisquer limitações específicas relativas ao âmbito e ao limite do relatório.	6	
3.8	Base para a elaboração do relatório, no que se refere a <i>joint ventures</i> , subsidiárias, instalações arrendadas, operações atribuídas a serviços externos e outras entidades, passíveis de afetar significativamente a comparação entre diferentes períodos e/ou organizações.	—	Não Aplicável
3.10	Explicação das consequências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações (como fusões ou aquisições, mudança no período ou ano base, na natureza do negócio, em métodos de medição).	—	Não Aplicável
3.11	Alterações significativas em comparação com anos anteriores no âmbito, limite ou métodos de medição aplicados no relatório.	—	Não Aplicável
3.12	Sumário de Conteúdo da GRI.	48	
4.1	Estrutura de Governança, incluindo comissões subordinadas ao órgão de governança hierarquicamente mais elevado e com responsabilidade por tarefas específicas, tais como a definição da estratégia ou a supervisão da organização.	12	
4.2	Indique se o Presidente do órgão de governança hierarquicamente mais elevado é, simultaneamente, um diretor executivo (e, nesse caso, quais as suas funções no âmbito da gestão da organização e as razões para esta composição).	12, 13	
4.3	Indique, no caso de organizações com uma estrutura de administração unitária, o número de membros do órgão de governança hierarquicamente mais elevado que são independentes e/ou não-executivos.	—	Não Aplicável
4.4	Mecanismos que permitam a acionistas e funcionários transmitirem recomendações ou orientações ao órgão de governança hierarquicamente mais elevado.	18	
4.14	Relação dos grupos que constituem as partes interessadas envolvidas pela organização.	18, 19	
4.15	Base para a identificação e seleção das partes interessadas a serem envolvidas.	17	

REF. DO CONTEÚDO GRI	DESIGNAÇÃO	PÁG./REF.	CRITÉRIOS DE CÁLCULO DOS INDICADORES	OBSERVAÇÕES
INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÓMICO				
EC1	Valor económico direto gerado e distribuído incluindo receitas, custos operacionais, compensações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, rendimentos não distribuídos e pagamentos a investidores e governos.	35	Valor Económico direto gerado= Receitas- (Custos Operacionais+Salários+Pagamentos Capital+Pagamentos ao Estado+Investimentos na Comunidade)	
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as actividades da organização devido a alterações climáticas.	Tabela GRI		Dados não disponíveis.
EC3	Cobertura das obrigações decorrentes das regalias, fundos de pensões e plano de reforma definidos pela organização para os seus trabalhadores.	35		Dados disponíveis no <i>Relatório e Contas</i> , em: http://www.docapesca.pt/pt/docapesca/relatorio-e-contas.html
EC4	Ajuda financeira significativa recebida do Governo.	35	Benefícios financeiros significativos diretos ou indiretos que são um incentivo ou compensação por ações empreendidas.	
EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.	Tabela GRI		Não aplicável
EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes da comunidade local em unidades operacionais mais importantes.	Tabela GRI		Não aplicável
EC8	Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infraestruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou <i>pro bono</i> .	35	Valor referente ao investimento em infraestruturas em 2011 e 2012.	

REF. DO CONTEÚDO GRI	DESIGNAÇÃO	PÁG./REF.	CRITÉRIOS DE CÁLCULO DOS INDICADORES	OBSERVAÇÕES
INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL				
EN1	Materiais utilizados, por peso ou por volume.	32, 33	Quantificação (peso) por tipologia de matérias-primas consumidas.	As principais matérias-primas utilizadas na atividade principal da empresa são material de escritório e caixas de pescado.
EN2	Percentagem de materiais utilizados que são provenientes de reciclagem.	Tabela GRI		Dados não disponíveis.
EN3	Consumo direto de energia, discriminado por fonte de energia primária.	33	Os consumos de eletricidade foram aferidos de acordo com as faturas emitidas pelos fornecedores de energia.	O <i>Plano de Eficiência Energética</i> encontra-se disponível para consulta em: http://www.docapesca.pt/pt/sustentabilidade.html
EN4	Consumo indireto de energia, discriminado por fonte primária.	Tabela GRI		Dados não disponíveis.
EN8	Consumo total de água, por fonte.	33	Os valores são apenas referentes aos consumos de água doce e aferidos através da faturação.	
EN11	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas.	Tabela GRI	Identificação das áreas protegidas, reguladas pelo DL n.º 142/2008, de 24 de Julho, onde a empresa tem concessões.	Áreas protegidas identificadas: Litoral Norte, Arrábida, Estuário do Sado, Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e Ria Formosa.

REF. DO CONTEÚDO GRI	DESIGNAÇÃO	PÁG./REF.	CRITÉRIOS DE CÁLCULO DOS INDICADORES	OBSERVAÇÕES
INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL				
EN12	Descrição dos impactos significativos de actividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	32		Os principais impactes significativos resultantes das actividades desenvolvidas pela empresa prendem-se com os resíduos, efluentes líquidos e ruído, sendo que os mais significativos sobre a biodiversidade são os efluentes líquidos.
EN16	Emissões totais diretas e indiretas de gases com efeito de estufa, por peso.	Tabela GRI	Os consumos de gasolina e gasóleo foram agregados pelo serviço de gestão de frota, de acordo com as faturas existentes.	As emissões diretas de gases com efeito estufa prendem-se, fundamentalmente, com a frota automóvel da empresa, não tendo uma significância elevada. Os consumos de combustíveis registados na globalidade da empresa foram, em 2011 de 1950 GJ e em 2012 de 1870 GJ.
EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso.	Tabela GRI		Outras emissões indiretas de gases com efeito estufa contemplam, principalmente, as associadas ao transporte de resíduos e de outras mercadorias adquiridas a entidades externas e aos trabalhadores - viaturas próprias não pertencentes à frota automóvel.
EN19	Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso.	Tabela GRI		A existência de substâncias que empobrecem a camada do ozono está limitada ao interior dos equipamentos de refrigeração. A Docapesca procedeu à identificação e quantificação destas substâncias, tendo sido possível verificar que nenhum dos seus equipamentos de refrigeração é possuidor de gás para o qual, de acordo com a legislação, seja obrigatória a sua imediata substituição. A empresa definiu um plano para a sua substituição, garantindo que se realizam por técnicos devidamente certificados para o efeito e que o gás retirado seja encaminhado para destino adequado.

REF. DO CONTEÚDO GRI	DESIGNAÇÃO	PÁG./REF.	CRITÉRIOS DE CÁLCULO DOS INDICADORES	OBSERVAÇÕES
INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL				
EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso.	Tabela GRI		Não aplicável.
EN21	Descarga total de água, por qualidade e destino.	Tabela GRI		Dados não disponíveis.
EN22	Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação.	34	As quantidades de resíduos produzidos nos vários estabelecimentos da empresa tiveram por base as Guias de Acompanhamento de Resíduos, para os Resíduos Industriais, e para os Resíduos Sólidos Urbanos e equiparáveis efetuou-se uma estimativa de produção, tendo por base o n.º de recolhasxvolume dos contentores.	
EN23	Número e volume total de derrames significativos.	Tabela GRI		Não aplicável. Não se conhece de qualquer derrame significativo. Associados à atividade existe uma pequena probabilidade de ocorrência.
EN26	Iniciativas para mitigar os impactes ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacte.	Tabela GRI		Dados não disponíveis.
EN27	Percentagem recuperada de produtos vendidos e respetivas embalagens, por categoria.	Tabela GRI		Dados não disponíveis.
EN28	Montantes envolvidos no pagamento de coimas significativas e o número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais.	Tabela GRI		Não aplicável.

REF. DO CONTEÚDO GRI	DESIGNAÇÃO	PÁG./REF.	CRITÉRIOS DE CÁLCULO DOS INDICADORES	OBSERVAÇÕES
INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL				
Práticas Laborais e Trabalho Condigno				
LA1	Discriminação da mão-de-obra total, por tipo de emprego, por contrato de trabalho e por regalias.	37		
LA2	N.º total de trabalhadores e respetiva taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região.	36, 37		
LA4	Percentagem de trabalhadores c/ acordo contratação coletiva	36		
LA5	Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação coletiva.	Tabela GRI		Na salvaguarda dos direitos dos trabalhadores, o Acordo da Empresa define os trâmites relativos a transferências de trabalhadores para outros locais de trabalho e alteração das funções associadas à sua categoria profissional.
LA7	Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região.	39		O número de acidentes de trabalho corresponde ao número de acidentes participados.
LA8	Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, em curso, para garantir assistência aos trabalhadores, às suas famílias ou aos membros da comunidade afetados por doenças graves.	40, 41		
LA10	Média de horas formação por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções.	40		

REF. DO CONTEÚDO GRI	DESIGNAÇÃO	PÁG./REF.	CRITÉRIOS DE CÁLCULO DOS INDICADORES	OBSERVAÇÕES
INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL				
Práticas Laborais e Trabalho Condigno				
LA13	Composição dos Órgãos Sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade.	12, 13, 37		
LA14	Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções.	Tabela GRI		Não existe discriminação salarial entre sexos.
Sociedade				
SO1	Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo no momento da sua instalação, durante a operação e no momento da sua retirada.	Tabela GRI		Dados não disponíveis.
SO2	Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de risco de corrupção	43		O Código de Conduta e Ética e o Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção encontram-se disponíveis para consulta em: http://www.docapesca.pt/pt/docapesca/praticas-de-bom-governo.html
SO3	Percentagem de trabalhadores que tenham efetuado formação nas políticas e práticas anti corrupção da organização.	Tabela GRI		Nos anos de 2011 e 2012 não foi ministrada formação sobre políticas e práticas anticorrupção. No entanto, foram promovidas outras ações no sentido de divulgar o Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção a toda a estrutura da empresa.
SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.	Tabela GRI		No período em análise não foram registadas irregularidades de natureza contabilística e, ou, financeira.

REF. DO CONTEÚDO GRI	DESIGNAÇÃO	PÁG./REF.	CRITÉRIOS DE CÁLCULO DOS INDICADORES	OBSERVAÇÕES
INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL				
Práticas Laborais e Trabalho Condigno				
SO5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas em grupos de pressão.	Tabela GRI		Dados não disponíveis.
SO8	Montante das coimas significativas e número total de sanções não monetárias por incumprimento de leis e regulamentos ambientais.	Tabela GRI		Não aplicável.
Direitos Humanos				
HR1	Percentagem e número total de contratos de investimento significativos que incluam cláusulas referentes aos direitos humanos ou que foram submetidos a análise referentes aos direitos humanos.	Tabela GRI		Não há registo desta prática.
HR2	Percentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativas a direitos humanos e medidas tomadas.	Tabela GRI		Não há registo desta prática.
HR4	Número total de casos de discriminação e medidas tomadas.	Tabela GRI		Não aplicável. Não se registaram casos de discriminação.
HR5	Casos em que exista risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação coletiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação.	Tabela GRI		Não aplicável. Direito consagrado no Acordo da Empresa.

REF. DO CONTEÚDO GRI	DESIGNAÇÃO	PÁG./REF.	CRITÉRIOS DE CÁLCULO DOS INDICADORES	OBSERVAÇÕES
INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL				
Direitos Humanos				
HR6	Casos em que exista risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação.	Tabela GRI		Não se registaram casos de trabalho infantil na empresa, passando a contratação do quadro de pessoal da empresa pela Direção de Apoio Jurídico e de Recursos Humanos, que assegura este e outros aspetos.
HR7	Casos em que exista risco significativo de ocorrência de trabalho forçado e escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação.	Tabela GRI		Não se verificou a ocorrência de trabalho forçado e escravo, possuindo a empresa mecanismos para a denúncia da sua ocorrência.
Responsabilidade pelo Produto				
PR1	Indique os ciclos de vida dos produtos e serviços em que os impactos na saúde e na segurança são avaliados visando a sua melhoria, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitos a tais procedimentos.	Tabela GRI		Não aplicável.
PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos e a percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos.	Tabela GRI		Não aplicável.
PR6	Programas de observância das leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.	Tabela GRI		Dados não disponíveis.
PR9	Montante das coimas significativas por incumprimento de leis e regulamentos relacionados com o fornecimento e utilização de produtos e serviços.	Tabela GRI		Não aplicável.

FICHA TÉCNICA

Título: Relatório de Sustentabilidade da Docapesca Portos e Lotas, SA – 2011-2012

Edição e Propriedade: Docapesca – Portos e Lotas, SA

Sede Social: Av. Brasília – Pedrouços – 1400-038 LISBOA

Contatos: Tel. 21 393 61 00 | Fax 21 393 61 01

area.sustentabilidade@docapesca.pt | www.docapesca.pt